

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Paulo Eduardo Fasolo Klein

**“ÀS URNAS, CIDADÃOS! DIA 6 VOTE NÃO!”:**  
**o referendo de 1963 nas páginas do *Diário de Notícias***

Porto Alegre

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Paulo Eduardo Fasolo Klein

**“ÀS URNAS, CIDADÃOS! DIA 6 VOTE NÃO!”:**

**o referendo de 1963 nas páginas do *Diário de Notícias***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em História ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Carla Brandalise

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Klein, Paulo Eduardo Fasolo  
"ÀS URNAS, CIDADÃOS! DIA 6 VOTE NÃO!": o referendo  
de 1963 nas páginas do Diário de Notícias / Paulo  
Eduardo Fasolo Klein. -- 2017.  
63 f.  
Orientadora: Carla Brandalise.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em  
História, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Diário de Notícias. 2. Imprensa. 3.  
Parlamentarismo. 4. Referendo de 1963. I.  
Brandalise, Carla, orient. II. Título.

Paulo Eduardo Fasolo Klein

**“ÀS URNAS, CIDADÃOS! DIA 6 VOTE NÃO!”:**

**o referendo de 1963 nas páginas do *Diário de Notícias***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em História ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Carla Brandalise – orientadora (UFRGS)

---

Prof. Dr. Charles Sidarta Domingo (IFRS)

---

Prof. Douglas Angeli (Doutorando UFRGS)

---

Prof. Mestre Maura Bombardelli (UFRGS)

Porto Alegre

2017

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho é a conclusão de um novo ciclo que iniciei em minha vida em 2012 e que não seria possível sem a compreensão de meus pais. A Nina Rosa e Mario Cezar, meus eternos agradecimentos pelo total apoio que desde sempre me foi dado;

Aos meus irmãos, Maria Luísa e Luís Fernando pelo reconhecimento de minhas escolhas;

Aos colegas e amigos que fiz ao longo do curso, que entre cafés e cervejas, fizeram desta longa caminhada algo mais leve e divertido;

Aos colegas e amigos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, de onde surgiu a inspiração para este trabalho;

Às professoras e professores do Departamento de História e da Faculdade de Educação, por tantas possibilidades de conhecimentos apreendidos. Em especial, a Carla Brandalise, pela orientação e comentários incentivadores;

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pública e gratuita, pelo ensino de excelência.

## RESUMO

Este trabalho buscará entender de que forma o jornal *Diário de Notícias* atuou na cobertura do referendo de 6 de janeiro de 1963 no Brasil. Tal consulta significou o fim do período parlamentarista republicano no país, adotado em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros da presidência da República e do veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart como o mandatário do país. A solução encontrada no Congresso Nacional para impedir uma guerra civil foi a diminuição dos poderes presidenciais através do parlamentarismo e dessa forma, tentar atender os interesses das forças que estavam no jogo político. Entretanto, desde sua adoção, o regime nunca contou com o apoio do presidente e seus aliados, que imediatamente após a posse, iniciou articulações para que o presidencialismo novamente fosse instituído no Brasil. Nesse contexto de lutas políticas, o jornal *Diário de Notícias* acompanhou em suas páginas o desenrolar de tais acontecimentos, dando sua visão aos leitores e atuando de forma a também desgastar a imagem do parlamentarismo no país.

**Palavras-chave:** *Diário de Notícias*; imprensa; parlamentarismo; referendo 1963.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Diário de Notícias</i> , 24 de agosto de 1954, capa. ....	16
Figura 2 - <i>Diário de Notícias</i> , 21 de fevereiro de 1954, p. 24.....	21
Figura 3 - <i>Diário de Notícias</i> , 6 de outubro de 1960, capa. ....	26
Figura 4 - <i>Diário de Notícias</i> , 8 de outubro de 1960, capa. ....	26
Figura 5 - <i>Diário de Notícias</i> , 26 de agosto de 1961, capa. ....	30
Figura 6 - <i>Diário de Notícias</i> , 30 de agosto de 1961, capa. ....	32
Figura 7 - <i>Diário de Notícias</i> , 7 de setembro de 1961, capa. ....	33
Figura 8 - <i>Diário de Notícias</i> , 31 de agosto de 1961, p. 3.....	36
Figura 9 - <i>Diário de Notícias</i> , 1 de setembro de 1961, p. 3. ....	37
Figura 10 - <i>Diário de Notícias</i> , 9 de setembro de 1961, p. 4. ....	41
Figura 11 - <i>Diário de Notícias</i> , 21 de outubro de 1962, p. 3.....	49
Figura 12 - <i>Diário de Notícias</i> , 27 de dezembro de 1962, p. 3. ....	49
Figura 13 - <i>Diário de Notícias</i> , 23 de dezembro de 1962, p. 3 (rodapé).....	52
Figura 14 - <i>Diário de Notícias</i> , 17 de dezembro de 1962, p. 15. ....	53
Figura 15 - <i>Diário de Notícias</i> , 23, 25 e 30 de dezembro de 1962, p. 14, 8 e 14.....	54
Figura 16 - <i>Diário de Notícias</i> , 25 de dezembro de 1962, p. 3. ....	55
Figura 17 - <i>Diário de Notícias</i> , 6 de janeiro de 1963, capa.....	56

## **LISTA DE SIGLAS**

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

ESG – Escola Superior de Guerra

FMI – Fundo Monetário Internacional

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

OEA – Organização dos Estados Americanos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrático Cristão

PEI – Política Externa Independente

PL – Partido Libertador

PRP – Partido da Representação Popular

PSD – Partido Social Democrático

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 – A IMPRENSA</b> .....	13
1.1 – Surge o <i>Diário de Notícias</i> .....	13
1.2 - Assis Chateaubriand e os Diários Associados.....	14
1.3 - A imprensa, o <i>Diário de Notícias</i> e João Goulart.....	18
<b>2 – O PARLAMENTARISMO</b> .....	28
2.1 - Jânio Quadros e a Campanha da Legalidade.....	28
2.2 - Precedentes do parlamentarismo no <i>Diário de Notícias</i> .....	34
2.3 - O sistema parlamentarismo brasileiro – a teoria.....	37
2.4 - O sistema parlamentarismo brasileiro – a prática.....	39
<b>3 – O REFERENDO</b> .....	44
3.1 - A situação política brasileira nos anos parlamentaristas de Goulart.....	44
3.2 - Sobre o referendo no <i>Diário de Notícias</i> .....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	58
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	60
<b>FONTES</b> .....	63

## INTRODUÇÃO

Às vezes, a única coisa verdadeira num jornal é a data.

Luis Fernando Veríssimo

A frase do escritor, com a tradicional ironia que lhe é característica, traduz a preocupação da historiografia nas últimas décadas quando pensamos no uso da imprensa como fonte histórica. Se por um lado foi superada a desconfiança em utilizá-la, a cautela ainda se faz necessária, visto que a imprensa, assim como todo documento em uma pesquisa, remete ao campo de subjetividades com o qual se deve lidar (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 254). Nossas perguntas iniciais e centrais devem ser relativas à como, para determinada publicação, constitui-se sua força histórica naquele momento, ou seja, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados ou amigos? Quais grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição? (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260). A imprensa deve ser entendida como uma força ativa dentro da lógica capitalista, procurando propagar e fixar memórias, valores, perspectivas de vida, ao mesmo tempo em que procura agradar seus leitores, ampliando suas tiragens e lucro.

Dessa forma, a proposta deste trabalho é entender de que forma o jornal *Diário de Notícias* atuou na cobertura do referendo de 6 de janeiro de 1963 no Brasil. O periódico foi o segundo mais lido na década de 1960, ficando atrás do tradicional *Correio do Povo* no mercado de jornais comerciais no Rio Grande do Sul daquele período (NOGUEIRA, 2009, p. 55). Poucos trabalhos tem explorado tal fonte, por isso consideramos esta uma oportunidade para ampliarmos sua utilização.

Após a ditadura do Estado Novo, o país estava em um contexto de modernização, democratização e aumento de sua capacidade industrial. Com isso, novas categorias estavam conseguindo mais espaço na política: estudantes, camponeses pobres, agricultores sem-terra, operários, militares nacionalistas, entre outros. A rotina partidária teve que ser reorganizada e com isso, diferentes projetos de desenvolvimento marcaram a vida política nacional. De um lado, estavam os nacionalistas, que incluíram setores populares, movimento estudantil, sindical, trabalhadores sem-terra e subalternos das Forças Armadas – relacionando-se com

eles, o PTB e o PCB eram as principais agremiações políticas a apoiar suas reivindicações. O outro lado tinha como principal expoente a UDN, apoiada por oficiais militares de alta patente, grandes empresários e latifundiários, setores conservadores da Igreja Católica e grande parte da imprensa. Na conjuntura internacional, a Guerra Fria dividia o mundo entre os blocos ideológicos do comunismo e capitalismo. A Revolução Cubana em 1959 havia aumentado a tensão na América Latina, pois era considerada zona de influência norte-americana e o rompimento causado por Fidel Castro e seus companheiros revolucionários fez aumentar o patrulhamento ideológico na região, assim como no Brasil (RODEGHERO; GUAZZELLI; DIENSTMANN, 2013, p. 15).

Quando o polêmico Jânio Quadros renuncia à presidência do país em 1961, sete meses após assumir o mandato, uma crise se instala no país. A posse de João Goulart, o vice-presidente, é vetada pelos ministros militares, que o consideravam perigoso por suas ligações com os trabalhadores e comunistas. Uma mobilização inicia no Rio Grande do Sul e depois se espalha pelo país. À frente do movimento, Leonel Brizola chama a população para resistir ao golpismo dos setores conservadores da política nacional e consegue garantir a posse de João Goulart no episódio que ficaria conhecido por Campanha ou Movimento da Legalidade. Entretanto, a posse do vice-presidente como chefe de Estado tivera que ser sob o regime parlamentarista. Dessa forma, os poderes de Goulart eram diminuídos, o que fez com que os militares conseguissem uma saída honrosa para seu golpe fracassado.

Goulart e seus aliados, apesar de aceitarem essa mudança das regras com o jogo em andamento, desde o início articulam para que pudessem governar com os poderes do presidencialismo. A saída para que isso acontecesse foi o referendo de 6 de janeiro de 1963 - nesta consulta, seria perguntada à população se aceitava o Ato Adicional que instituiria o parlamentarismo no Brasil. Este trabalho, portanto, abrangerá a cobertura do *Diário de Notícias* sobre tal evento de setembro de 1962 a janeiro de 1963, período entre a aprovação pelo Congresso Nacional do referendo e sua realização. Para contextualização, este trabalho também abrangerá períodos anteriores para tratar dos agentes envolvidos. Isso acontecerá em três capítulos, conforme descrito a seguir.

No primeiro capítulo falaremos sobre a imprensa: um breve histórico do *Diário de Notícias*, sua aquisição por Assis Chateaubriand e a relação da imprensa e do periódico com João Goulart. O objetivo deste capítulo é situar o leitor sobre a fonte histórica utilizada neste trabalho e as relações que ela estabeleceu com o ambiente na qual estava inserida.

O segundo capítulo tratará sobre o parlamentarismo. Ele foi necessário para que se pudesse entender de que forma o sistema de governo é adotado no Brasil, quais suas características e de que forma foi regido.

Finalmente o terceiro capítulo procura mostrar o desenrolar dos eventos que proporcionaram a aprovação do referendo para 1963, além da campanha pela aprovação ou não pelo povo da Emenda Constitucional n° 4, ato que instituiu o sistema parlamentar no país.

## 1 – A IMPRENSA

### 1.1 - Surge o *Diário de Notícias*

O primeiro exemplar do jornal *Diário de Notícias* chegou às bancas de Porto Alegre no dia 1º de março de 1925, por iniciativa de Francisco de Leonardo Truda, filho de imigrantes oriundos do sul da Itália. Fundador e diretor na primeira fase do periódico, Truda adquirira experiência como jornalista ao trabalhar no sólido *Correio do Povo*, fundado por Caldas Júnior trinta anos antes e que conquistara a hegemonia no mercado de jornais do Rio Grande do Sul. No entanto, enquanto o *Correio* era conhecido por ter um perfil tradicional e sisudo em sua diagramação, o *Diário* surge com a proposta de fazer um jornalismo moderno e provocador. Trazia na capa inaugural seu editorial e três manchetes com tipologias distintas – “Ocorreu uma tremenda explosão na Ilha do Caju; A solidariedade da política paulista ao presidente da República; Faleceu o presidente da República Alemã” - uma inovação em termos gráficos (DE GRANDI, 2005, p. 19). De tamanho *standard*, dedicaria espaços generosos ao cotidiano dos porto-alegrenses e publicaria cartas de seus leitores, enquanto seu departamento comercial conseguiria grande volume de anúncios, inovando também ao veicular propagandas que poderiam ocupar uma página inteira. Seu parque gráfico foi montado dois anos depois de seu lançamento e com equipamentos de grande capacidade de produção, pôde aumentar sua tiragem para baratear seus custos, levando o jornal também para o interior do Rio Grande do Sul. Em 1930, a folha já era a segunda mais importante do estado, com uma tiragem de 25 mil exemplares diários, pouco menos que o *Correio do Povo* (RÜDIGER, 2003, p. 80).

Quando o *Diário de Notícias* surgiu, a imprensa brasileira passava por uma fase de transição. Até 1945/50, caracterizou-se por pequenas empresas de gestão improvisada, com capital e negócios limitados e priorizando opiniões políticas – o que ficou conhecido por “Imprensa de Opinião”. Caracterizando-se por posições claras e apaixonadas, esse tipo de imprensa ultrapassava a simples função de “espelho da realidade” para tornar-se um instrumento ativo de opinião pública. Cada jornal tendia a dirigir-se a um tipo de público e o jornalismo era quase um exercício literário (ZICMAN, 1985, p. 91). Alguns dos diversos periódicos da época serviam de veículo para a divulgação dos ideais de partidos políticos da Primeira República, como o *A Federação*, jornal ligado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Entretanto, o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* seriam os representantes no estado da fase de modernização da imprensa no Brasil, organizando-se em

moldes verdadeiramente capitalistas de organização empresarial. O modelo político-partidário entraria em decadência devido ao desaparecimento das condições econômicas que permitiam o seu sustento ao mesmo tempo em que o campo político era redimensionado. As relações sociais estavam progredindo com a industrialização e urbanização do Brasil, possibilitando uma diminuição na dependência da imprensa em relação ao campo político e os termos da concorrência entre os jornais passaram a ser ditados pelo desenvolvimento do capitalismo no país. Neste contexto de transformações no capitalismo nacional, às vésperas da Revolução de 30, o *Diário de Notícias* é vendido para Assis Chateaubriand.

## 1.2 - Assis Chateaubriand e os Diários Associados

Nesta fase de transição da imprensa brasileira, passaria a se destacar nos primeiros anos do século XX uma figura que marcaria de forma permanente a imprensa e a sociedade do país. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, o Chatô (1892-1968), paraibano de Umbuzeiro foi jornalista e advogado, senador e embaixador, membro da Academia Brasileira de Letras. Em 1906, aos catorze anos teve sua primeira experiência jornalística no jornal *O Pernambuco* e dois anos mais tarde, passaria a ser redator do *Jornal Pequeno* para custear sua faculdade de Direito em Recife. Mesmo após formar-se advogado, continua ligado ao jornalismo, atuando em diversos periódicos, inclusive quando se transfere para o Rio de Janeiro em 1917, então capital federal, onde inicia uma série de contatos com figuras destacadas do mundo político. Após viajar pela Europa e um período dedicado exclusivamente à advocacia, Chateaubriand compra em 1924 o matutino carioca *O Jornal*; seis meses mais tarde, em São Paulo, adquire o *Diário da Noite*. Com base nesses dois órgãos, é estruturada a primeira cadeia de comunicação brasileira, mais tarde conhecida como os Diários Associados, que englobaria jornais, revistas, rádios e canais de televisão nas décadas seguintes, sendo pioneiro em diversos aspectos na comunicação para as massas que estava surgindo no Brasil (CHATEAUBRIAND, 2001).

Com o *Diário de Notícias* fazendo parte da rede Diários Associados, o apoio à Revolução de 30 foi inevitável. Para comprar o periódico, Chateaubriand consegue, por intermédio de Getúlio Vargas, que a Aliança Liberal lhe emprestasse 50 contos de réis de um total de 450 para formalizar a compra. Entretanto, o jornalista paraibano estabelecerá uma relação próxima mas conflituosa com Getúlio Vargas nos anos seguintes. Se por um lado apoia a Aliança Liberal e os desdobramentos que levariam à derrubada de Washington Luís

do poder em 24 de outubro de 1930 como fez a maioria da imprensa (SODRÉ, 1983, p. 371), por outro lado teve autonomia para apoiar o levante paulista de 1932 que exigia uma nova Constituição do governo provisório de Vargas. Celito De Grandi define assim a relação entre estes dois indivíduos:

À época ministro da Fazenda de Washington Luiz, Getúlio visitava com assiduidade a redação de *O Jornal*, do Rio de Janeiro, o primeiro veículo da cadeia dos Associados. Fazia-o publicamente, despreocupado com as críticas veiculadas pelo jornal contra o presidente da República. Chatô retribuía a gentileza na mesma moeda: também com frequência era visto, à noite, na casa de Getúlio. Com o passar do tempo, a convivência entre ambos tornou-se turbulenta. Um tinha consciência da grandeza do outro e ambos estavam perfilados, embora por caminhos distintos, no rumo de um mesmo propósito: o poder. Sabiam-se necessários em certos momentos e inimigos em outros. (DE GRANDI, 2005, p. 29)

Em 1945, com o fim do Estado Novo, Chateaubriand e os Diários Associados não apoiam Vargas de forma que este pudesse viabilizar sua candidatura às eleições de 2 de dezembro, preferindo o candidato da UDN, brigadeiro Eduardo Gomes. Ilustrando a relação singular entre ambos, anos mais tarde, os Diários Associados confirmariam a volta de Vargas nas páginas de seus jornais. Chateaubriand aposta no capital político de Getúlio, na força editorial de seu patrimônio jornalístico, na desinformação política do grosso do eleitorado brasileiro (MARTINS; LUCA, 2008, p. 184) e projeta nas manchetes de seus jornais a volta do ex-ditador de seu isolamento no Rio Grande do Sul, que concorreria às eleições de 1950 e voltaria ao poder com ajuda dos Diários Associados. Richard Romancini e Cláudia Lago (2007, p. 105) destacam como nesse momento, a maioria da imprensa fora contra Vargas retornar ao poder e o apoio dos Diários Associados foi uma exceção problemática, visto que Chateaubriand era inconstante e cobrava caro pelo apoio.

O auge da turbulência entre Chateaubriand (e por extensão o *Diário de Notícias*) e Vargas ocorre em agosto de 1954. Após o apoio do jornal para que o presidente voltasse à cena política, as críticas retornariam. Defensor do capital estrangeiro, Chateaubriand seria contra o monopólio que o projeto que a criação da Petrobrás implicaria<sup>1</sup>. Nesse momento, a economia brasileira passava por dificuldades, a UDN fazia críticas diárias no Congresso Nacional ao governo federal e João Goulart no ministério do Trabalho é denunciado como demagogo, manipulador de sindicatos e fomentador de greves pela imprensa. Quando o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda na Rua Tonelero acontece, a pressão fica insuportável. Os militares agora conspiram abertamente e quase toda a imprensa está contra

---

<sup>1</sup> Luis Carlos Passos Martins faz uma interessante análise sobre a criação da Petrobrás em 1953 vista pelos jornais cariocas, entre eles, *O Jornal*, periódico da cadeia Diários Associados. Ver (MARTINS, 2012, pp. 199-219).

Vargas<sup>2</sup>. O *Diário de Notícias* publica em 24 de agosto de 1954 na capa a manchete “Madrugada dramática no Palácio do Catete / Licença de 90 dias a Vargas<sup>3</sup>”.



Figura 1 - *Diário de Notícias*, 24 de agosto de 1954, capa.

É noticiado que o presidente somente aceitaria se afastar do cargo com uma licença de noventa dias solicitada ao Congresso ou mediante deposição – a renúncia é totalmente descartada. Mas Getúlio surpreende o país e sai da vida para entrar na história. A reação popular é imediata. Pelo país inteiro a população revoltada e amargurada sai às ruas atacando tudo aquilo que fosse considerado anti-varguista. No Rio de Janeiro, a repressão policial precisa usar gás lacrimogênio para conter grupos armados com paus e pedras de destruírem prédios e atacar principalmente integrantes da UDN.

Em Porto Alegre, milhares de pessoas se reúnem na Rua dos Andradas empunhando o retrato de Vargas e a bandeira nacional com uma tarja preta. Tomados pela fúria, grupos invadem a sede da UDN e jogam pela janela mesas, cadeiras, material de propaganda, etc... Outros partidos hostis a Vargas, como o PL, PSD, PSB, PSP e o PRP também tiveram suas sedes invadidas, seu material de propaganda e móveis jogados na rua e incendiados. Empresas que estivessem vinculadas aos Estados Unidos também sofreram depredações, assim como sua representação diplomática, vistas como expressões do imperialismo externo ao qual Vargas se referiu em sua carta-testamento (FERREIRA, 2008a, p. 311-312). Dentro desse

<sup>2</sup> Uma exceção foi o jornal *Última Hora*, surgido em 1951 por iniciativa de Samuel Wainer. O repórter fora o mesmo que conseguira quebrar o silêncio e entrevistar Getúlio Vargas em 1949 para que voltasse às manchetes do *Diário de Notícias* e iniciasse sua campanha à presidência. Vargas, buscando um órgão de imprensa que o apoiasse, ajuda com a criação do jornal através de empréstimos liberados por órgãos oficiais quase sem garantias. Luiz Alberto Grijó (2011, p. 30) define o veículo de imprensa como visceralmente identificado com o “getulismo”, o qual apoiaria irrestritamente não só Vargas no até seu suicídio em 1954, mas também seu legado através do PTB e seus herdeiros políticos João Goulart e Leonel Brizola nos anos seguintes.

<sup>3</sup> *Diário de Notícias*, 24 de agosto de 1954, capa. O fato da manchete principal da capa anunciar o suposto desenlace da crise releva a importância dada à licença de Vargas. Naquele período, normalmente o jornal ocupava a primeira página com o panorama internacional, enquanto os destaques nacionais apareciam na última página.



clima de convulsão social, a imprensa também sofreu represarias. O jornal *O Estado do Rio Grande*, órgão do Partido Libertador teve sua sede invadida e seu maquinário e móveis destruídos. As rádios Farroupilha e Difusora foram incendiadas. No Largo dos Medeiros, a população entra no prédio do *Diário de Notícias*, arremessa o que consegue pelas janelas e atea fogo no restante. As chamas consomem o interior do prédio e paralisarão as atividades do periódico por meses. Segundo Celito De Grandi (2005, p. 97), Chateaubriand não faz comentários sobre os eventos ocorridos em Porto Alegre, limitando-se a comentar assim que fica sabendo do suicídio no Catete que se candidataria à vaga na Academia Brasileira de Letras agora disponível - em fevereiro de 1955, simbolicamente passaria a ocupar a cadeira 37 da instituição, anteriormente ocupada por Vargas. Nos dias posteriores à morte de Getúlio, escreveria artigos em que analisaria de maneira amena a figura e o papel histórico do presidente.

O *Diário* volta a funcionar, ainda que de forma precária, em 6 de março de 1955. Com equipamento emprestado por Breno Caldas do *Correio do Povo*, os novos exemplares do jornal agora saíam de um galpão com frente para a Rua Sete de Setembro e fundos para a Siqueira Campos. A situação não era a ideal, mas de forma a contornar a situação improvisada em que se encontrava o jornal ao mesmo tempo em que eliminava um concorrente que surgia, Chateaubriand adquire o *a Hora*. Com instalações e equipamentos modernos e profissionais qualificados, o matutino, surgido em novembro de 1954, vinha conseguindo ocupar espaços deixados pelo vácuo que a paralisação do *Diário* gerou. Inovando com o uso de fotos coloridas e renovando em pouco tempo os padrões gráficos da imprensa gaúcha, esboçou os primeiros movimentos daquilo que alguns anos mais tarde seria chamado de diagramação e planejamento visual (RÜDIGER, 2003, p. 103). Mas o *a Hora* era um jornal que operava no vermelho – com prejuízos se acumulando e conflitos entre os acionistas, os proprietários decidem pela venda do jornal. Seu principal acionista, Ernesto Di Primio Beck, empresário ligado a João Goulart e ao PTB, inicia as negociações com Chateaubriand. Em março de 1957, João Calmon, superintendente da rede Diários Associados, vem a Porto Alegre e fecha o negócio na sede do *a Hora*, na Avenida São Pedro<sup>4</sup> (SCHIRMER, 2000, p. 110).

---

<sup>4</sup> Tanto Lauro Schirmer (2000, p. 110) quanto Celito De Grandi (2005, p. 95) fazem referência ao episódio ocorrido depois da venda do *a Hora*. Formalizado o contrato, João Calmon teria ido ao antigo endereço do *Diário de Notícias* localizado no Largo dos Medeiros, na Rua dos Andradas e arremessa a caneta com que assinara o contrato nas ruínas do prédio incendiado em 1954. O *Diário de Notícias* ressurgiria a partir de um jornal que nascera para ser o esteio do trabalhismo em Porto Alegre.

Enquanto o *a Hora* tem sua proposta modificada de matutino para vespertino, movimento que o sufocaria por ter que concorrer com a consolidada *Folha da Tarde* da Companhia Caldas Júnior, o *Diário de Notícias* reaparece com uma linha mais conservadora e gradualmente vai perdendo contato com o novo público leitor, entrando em decadência no final da década de 1960 (RÜDIGER, 2003, p. 103). Coincidência ou não, foi o período em que a saúde de seu dono também entraria em declínio. Em 1960 Chateaubriand sofreria um acidente vascular cerebral que o imobiliza quase completamente, tendo que usar uma cadeira de rodas até o fim da vida; continuaria a escrever seus artigos, somente parando de produzir poucos dias antes de sua morte em 1968.

A fragilidade senil de Chateaubriand e a ausência de herdeiros legítimos que contassem com a confiança do patriarca não explicam por si só a decadência dos Diários Associados. A despeito da censura à imprensa do regime militar, Chateaubriand já havia perdido a eficácia da capacidade política para se compor com os altos escalões da República, agora uniformizada. O jogo era outro. (MARTINS; LUCA, 2008, p. 182).

O *Diário de Notícias* apoiaria o golpe civil-militar de 1964 e a derrubada de João Goulart, mas seria vítima da censura e das arbitrariedades do regime, encerrando suas atividades definitivamente em 30 de dezembro de 1979. Os Diários Associados por sua vez, ainda figuram na cena empresarial brasileira atualmente, mas longe do império criado por seu Velho Capitão.

### **1.3 - A imprensa, o *Diário de Notícias* e João Goulart**

Como já citamos anteriormente, João Goulart não contava com a simpatia de setores da imprensa nacional. Gaúcho de São Borja, Jango inicia sua carreira política influenciado por Getúlio Vargas. Atua na formação do PTB estadual e nacional e torna-se deputado estadual em 1947 com a quinta maior votação de sua bancada de 23 cadeiras. Suas primeiras iniciativas viriam a marcar o que estaria no centro de suas preocupações até ser deposto da presidência em 1964: as atividades do setor primário (estrutura fundiária, crédito) e reivindicações trabalhistas (BRAGA, 2004, p. 39). Seria eleito deputado federal em 1950 e convidado por Vargas para ocupar o Ministério do Trabalho em 1953. Entretanto:

Antes mesmo de assumir o cargo, dia 17 de junho de 1953, Jango já enfrentava a virulência da crítica de jornais que eram porta-vozes de uma postura oposicionista de setores empresariais e estavam engajados num movimento pela renúncia de Getúlio Vargas. Em sua edição do dia 16, véspera da posse, o *Correio da Manhã* publicava editorial sob o título “Preparando o golpe”, no qual o novo ministro do Trabalho era acusado de pretender formar uma frente sindical, “com que seria

completamente dominada a vida nacional”. Segundo o jornal, a greve dos 80 mil marítimos fora articulada pelo Palácio do Catete (BRAGA, 2004, p. 48).

A forma como Jango se destacou na política abria brechas para esse tipo de acusação, visto que o PTB tinha boa penetração no meio sindical e Goulart negociava diretamente com os trabalhadores, tendo grande influência em seu meio. Mesmo o norte-americano *New York Times* acusa Jango de traição ao país ao utilizar-se de sua influência para inclinar o movimento trabalhista brasileiro para o agrupamento de trabalhadores latino-americanos, controlados por peronistas, vistos como perigosos por quererem formar repúblicas sindicalistas por toda a América Latina. Goulart refuta amplamente todas essas acusações, principalmente via *Última Hora*, chamando-as de vazias e considerando não existirem fatos concretos para comprová-las (BRAGA, 2004, p. 48).

O *Diário de Notícias* também criticou duramente Jango. Quando no início de 1954, o então ministro do Trabalho João Goulart inicia estudos para o aumento do salário-mínimo em 100%, a oposição cresce a ponto do político, percebendo tal situação adversa, pedir a própria renúncia. O jornal vinha noticiando a crise pela qual o Brasil passava e publica em 19 de fevereiro de 1954, na contracapa “Pasqualini adverte a nação: zonas perigosas para o regime” em grandes letras em negrito da manchete. O senador gaúcho Alberto Pasqualini, o “teórico do trabalhismo”, ganhava espaço nas páginas do jornal para fazer uma análise profunda do estado das coisas, em uma nação aflita e insatisfeita, segundo o *Diário*. Na chamada da matéria, são listados oito pontos identificados pelo político que são:

Estimulados pela mistificação e pelo processo demagógico:

1. Custo de vida em níveis assombrosos;
2. Preço triplicado das utilidades essenciais;
3. Mistificação e demagogia agitando o proletariado;
4. Descontentamento crescente das classes médias;
5. Ebulição em zonas perigosas;
6. Generalização das reivindicações salariais;
7. Fracasso dos paliativos;
8. Riscos para o regime democrático.

Ao longo da matéria cada ponto é comentado por Pasqualini e o jornal indica como tais considerações, junto como o Memorial dos coronéis<sup>5</sup> divulgado dias antes, refletem não apenas na inquietação da classe militar, mas também na de brasileiros de todas as categorias.

---

<sup>5</sup> O Memorial dos coronéis foi um documento divulgado em fevereiro de 1954, assinado por quase uma centena de coronéis e tenentes-coronéis. Visto como uma expressão de frustrações de uma oficialidade de classe média ameaçada pela ascensão da classe trabalhadora, criticava entre outros pontos, a disparidade salarial do Exército para com forças armadas de outros países e criticava o aumento de 100% proposto pelo Ministério do Trabalho. O documento revelaria um esforço para a unificação do Exército e sua eficácia estaria na percepção geral de que por trás dos coronéis estariam generais do Alto Comando do Exército e da corrente antinacionalista (MARTINS FILHO, 2008, p. 116-117). O documento levaria a uma crise militar e ajuda na derrubada de dois ministros de Vargas – do Trabalho, João Goulart e da Guerra, Ciro do Espírito Santo Cardoso.

Na mesma página, à direita da manchete principal que citamos anteriormente sobre Pasqualini, uma minúscula nota notícia:

Com Getúlio as conclusões sobre o salário mínimo

Rio, 18 (Meridional) – O sr. João Goulart entregou ao sr. Getúlio Vargas as conclusões sobre o salário mínimo e as alterações que pretende introduzir nos escritórios comerciais do Brasil no exterior<sup>6</sup>.

A nota é tão mínima e sem maiores explicações que o espaço reservado a ela tem a mesma altura de uma das linhas da manchete principal. Mesmo assim, abaixo dela, dois artigos comentam de forma negativa a proposta de Goulart para o mínimo. No primeiro, comenta sobre um deputado mineiro da UDN, José Grossi, que critica as novas bases do salário mínimo, sendo um indicativo de um golpe de Estado preparado por Vargas ao criar desemprego em grau elevadíssimo e desordem com os atritos trabalhistas que viriam; em meia a “balburdia” gerada, Vargas se perpetuaria no poder. O artigo termina comentado que o deputado conclama as forças armadas para que impeçam tal projeto “pernicioso”.

A segunda nota sobre o salário mínimo comenta como um comício realizado no Rio de Janeiro teve pouca participação popular, apesar da intensa preparação de faixas e cartazes por “elementos do sr. João Goulart”. Segundo o jornal, “não houve nenhuma alteração da ordem pública”.

Quando se tem a confirmação da renúncia de Jango, o *Diário de Notícias* publica na contracapa a manchete “Jango renunciará ao ministério amanhã<sup>7</sup>”, em um tom de expectativa e quase comemoração. Logo abaixo, uma foto do general Euclides Zenóbio da Costa, nomeado ministro da Guerra após a crise gerada pela divulgação do Memorial dos coronéis serve para ilustrar outra notícia na qual afirma estar pronto para assumir o cargo. A foto tem um grande destaque ao estar localizada no centro da página - nela o general aparece engatilhando uma pistola, transmitindo uma imagem agressiva, indicando que o militar estaria pronto para agir; à direita da imagem, tem-se outra foto menor de Goulart. Ambas parecem dialogar, comunicando o triunfo da força dos militares usado para afastar o mal que o político representaria (figura 2).

<sup>6</sup> *Diário de Notícias*, 19 de fevereiro de 1954, p. 16.

<sup>7</sup> *Diário de Notícias*, 21 de fevereiro de 1954, p. 24.



Figura 2 - *Diário de Notícias*, 21 de fevereiro de 1954, p. 24.

Chateaubriand pessoalmente também criticou Jango através das páginas do *Diário*. Fazendo parte da cadeia de comunicação Diários Associados, o periódico refletia a opinião e a forma como o jornalismo era encarado por seu dono<sup>8</sup>:

Pouco atento a preceitos éticos, Chateaubriand impõe aos seus jornais, revistas, emissoras de rádio e TV o *padrão associado*, isto é, um tipo de jornalismo que procura atender ao gosto comum dos consumidores, mas que, ao mesmo tempo, se põe ao serviço exclusivo dos interesses do seu proprietário. Conservador, violento, generoso, incansável, Chateaubriand imprime à sua cadeia a ideologia do lucro e do êxito, algo que o projeta sempre ao seio do poder. (BAHIA, 2009, p. 263)

Chateaubriand era defensor da presença do capital estrangeiro no Brasil. Apoiara a presença da empresa Ford na Amazônia, iniciada em 1927 para a exploração da borracha e dessa forma, permitir que o Brasil pudesse assimilar a floresta e seus recursos naturais. Foi contra o monopólio estatal que a criação da Petrobrás em 1953 implicou, pois considerava impossível, tanto do ponto de vista técnico como econômico a exploração petrolífera no Brasil sem auxílio externo. Segundo o empresário, a atuação dos Estados Unidos objetivava apenas auxiliar o desenvolvimento da América Latina e as teses nacionalistas para que fossem explorados os recursos materiais brasileiros eram “coisa de comunistas” e o lema “O petróleo é nosso” tratava-se de “chavão soviético” (CHATEAUBRIAND, 2001). Além da imprensa, sua pregação antinacionalista também encontrou espaço no Congresso Nacional, quando se

<sup>8</sup> Naturalmente, outros profissionais que trabalharam no periódico também contribuíram para formar o perfil conservador do *Diário de Notícias*, como Ernesto Corrêa, diretor do jornal por 43 anos e que acompanhava de perto o material a ser publicado diariamente.

elege senador pela Paraíba em 1952, em uma manobra pouco republicana. Obtendo a renúncia de Vergniaud Wanderley da UDN e seu suplente, eleitos em 1945, um pleito suplementar é convocado, no qual Chateaubriand seria candidato único pelo PSD<sup>9</sup>. Dessa forma, a antipatia por João Goulart seria natural vinda do *Diário de Notícias*. Exponente do PTB, partido que mais crescia após o fim do Estado Novo, Jango e seu partido possuíam uma proposta nacional-desenvolvimentista para o Brasil, ou seja, um crescimento autônomo, sem as influências do capitalismo internacional. Sua ligação com Getúlio Vargas, de quem se declararia seguidor e herdeiro político também potencializaram as críticas, assim como a tentativa de veicula-lo ao comunismo.

O *Diário de Notícias* publicava diariamente artigo assinado por seu dono, localizado na parte superior e centralmente na página 4, com o editorial do jornal à esquerda. Tal disposição demonstra uma preponderância da escrita de Chateaubriand sobre o editorial do jornal, pois lhe dava mais destaque na página e pode ser considerado um editorial do grupo Diários Associados. Entre os dias 20 e 27 de fevereiro de 1954, a coluna de Chateaubriand sempre cita Jango de maneira a desaprová-lo à frente do Ministério do Trabalho, mesmo Jango tendo renunciado no dia 22. A retórica de Chatô é ácida e direta – no artigo do dia 20 intitulado “Naguib ali na esquina<sup>10</sup>”, Jango é chamado de *spoiled boy* (garoto mimado, em tradução livre) da República, responsável pela agitação de maior volume e densidade no país, sendo Getúlio Vargas o chefe da família republicana. O artigo segue dando indicações de que o Brasil estaria em um estado pré-revolucionário, já que teria ocorrido a admissão do Partido Comunista nos quadros do PTB, enquanto os soviéticos, especialistas em movimento de massas, teriam se apoderado das jornadas trabalhistas de Goulart. Chateaubriand, finalizando o artigo, saúda os militares pela iniciativa tomada com o Manifesto dos coronéis, que impedira o Brasil de sucumbir ao comunismo e avalia que, apesar do Exército não ter saído dos quartéis, a “cabeça de um Naguib já apontaria na esquina para comer a do Robespierre dos pampas”, ou seja, Chateaubriand torce por uma medida dos militares para novamente derrubar Vargas do poder, como acontecera em 1945.

---

<sup>9</sup> Tal manobra seria repetida em 1955, quando Chateaubriand não consegue a reeleição em seu estado. O novo mandato viria pelo Maranhão após a renúncia de Alexandre Bayma e de seu suplente, fazendo com que uma eleição suplementar tivesse que ser convocada para o preenchimento da vaga no Senado. Em 1957 deixaria o cargo para assumir o posto de embaixador na Inglaterra a convite do Presidente Juscelino Kubitschek.

<sup>10</sup> *Diário de Notícias*, 20 de fevereiro de 1954, p. 4. O título faz referência ao general Muhammad Naguib, um dos líderes da Revolução de 1952 no Egito. Naguib seria proclamado o primeiro presidente do país após a monarquia ser abolida pelo Conselho da Revolução em junho de 1953 (HRBEK, 2010, p. 173).

No artigo do dia seguinte, continua a associação entre Goulart e o comunismo. Segundo Chateaubriand:

Há evidentemente um estado de fusão entre a vanguarda do ministro (do Trabalho) e a gente de choque de Moscou. Ambas as forças falam a mesma língua. Adotam os mesmo processos. Perfilam idêntica agressividade. Excluem-se do clima da democracia ocidental para, no fundo e na forma, servirem à propaganda e à causa soviética. Esforçam-se por opor o Estado democrático da carta de 46 às aspirações das massas trabalhadoras. Desviam o eixo da ordem política do Brasil e dos brasileiros, de Washington e de Londres, para Moscou e Praga, querendo fazer desta terra um Estado satélite da União Soviética<sup>11</sup>.

Seguindo o texto, é levantada a questão “Como Exército, Marinha e Aeronáutica podem ficar distante do carnaval com que do ministério do Trabalho se anuncia a guerra social no país?”. O artigo tem como manchete “O perigo de dois carnavais” e acusa Jango de promover a insegurança no país ao se alinhar com o comunismo soviético. Lembrando os eventos de 1935, no que ficou conhecido como o episódio da Intentona Comunista, o país estaria perto de emendar dois carnavais: a festa popular do início do ano com o “agito” que surgiria do confronto entre trabalhistas e as classes militares – Chateaubriand novamente conclama estes a agirem em defesa da democracia brasileira e ocidental.

Quando finalmente Jango deixa o Ministério do Trabalho, Chateaubriand escreve:

As vibrações do fanatismo espalhafatoso de Jango Goulart eram tão violentas, que, há meses já emanava da sua pessoa um odor de cadáver. (...) Analisando, friamente, com dados positivos, a ação do ministro do Trabalho, Getúlio Vargas deliberou acabar com o pequeno calamitoso. Por que? Justo porque ele andava excessivamente superlativo, traindo-o pelas crises suscitadas com as forças armadas, com o Congresso, com os governadores estaduais e com os líderes das forças econômicas<sup>12</sup>.

No artigo “O último condenado à morte”, além de atribuir um estado de decadência cadavérica a Jango, como se sua atuação estivesse notadamente comprometida há muito tempo devido a seu “fanatismo espalhafatoso”, Chateaubriand elege o político como pivô das crises pelas quais Vargas e o Brasil passavam devido a supostos excessos em suas pretensões à frente do ministério do Trabalho, além de insistir na pouca idade de Jango, elencando-o dentro do “elenco infantil do jardim de infância de Getúlio Vargas” - na época, Goulart tinha 34 anos.

Nos artigos dos dias seguintes, os ataques a Jango se repetem com os mesmos elementos: associá-lo ao comunismo soviético, comentários sobre sua pouca idade, a incitação das classes trabalhadoras para a subversão da democracia brasileira e a exaltação do Exército,

<sup>11</sup> *Diário de Notícias*, 21 de fevereiro de 1954, p. 4.

<sup>12</sup> *Diário de Notícias*, 23 de fevereiro de 1954, p. 4.

atribuindo-lhe o *status* de “a nação armada”, cujo papel deveria ser o serviço à pátria e às instituições livres. O empresário expressa grande entusiasmo pela corporação, vista por ele como “caixa acústica das grandes reações populares<sup>13</sup>” - uma visão bastante contraditória: para defender a democracia e a liberdade, os militares deveriam usar a força das armas para derrubar o presidente legitimamente eleito, ou pelo menos, orientar o rumo do país para que a República (capitalista evidentemente) não fosse corrompida.

Quando usamos o jornal como fonte histórica, é preciso lembrar que a imprensa não existe para que historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. O historiador transforma o periódico em sua fonte quando lida com seus fragmentos do passado de forma a ter ciência de que foram publicados em determinada conjuntura, agindo como força ativa nos processos de hegemonia social, atuando para disseminar projetos, ideias, valores e comportamentos, procurando assim formar nossa visão imediata de realidade e de mundo (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259). Dessa forma, quando temos o proprietário do jornal escrevendo em uma coluna diária, localizada junto ao editorial do periódico, temos um indicativo que os assuntos tratados ali são privilegiados e são assumidos pelo jornal como um todo. Como Maria Rosa Duarte de Oliveira diz:

Dizer que o editorial é a voz opinativa do jornal não é novidade alguma. É ele o espaço para a exposição dos princípios configuradores da imagem do jornal; sua identidade ideológica.

Marca-se por um *discurso argumentativo*, no qual o que se procura é menos a lógica dos conceitos emitidos do que convencer o leitor da veracidade dos argumentos confirmadores da credibilidade na fonte emissora.

Falar em argumentação é, por outro lado, apontar para a *função pragmática* desse tipo de discurso, cuja qualidade fundamental é a *ação compulsória e persuasiva* de sua linguagem. (OLIVEIRA, 1993, p. 55)

A autora ainda comenta como os editoriais possuem um resquício livresco-literário. Sua voz não seria a de um indivíduo, mas de um grupo, marcando dessa forma, uma posição particular de alguns que se alçam a porta-vozes de uma coletividade. Sua voz seria a representante autorizada a emitir conceitos pretensamente de todos. A coluna de Chateaubriand, que como já comentamos, pode ser entendida como um segundo editorial nas páginas do *Diário de Notícias*, visto que era opinativa e diária. Nas críticas a João Goulart, mais que atacar a pessoa, o que se percebe é a antipatia pelo projeto político-econômico do qual o político era integrante. O peso das palavras do empresário atuou dentro daquela realidade, tentando disseminar a imagem de Jango como alguém a ser evitado no poder, nem que para isso, fosse necessária a intervenção de militares.

<sup>13</sup> *Diário de Notícias*, 25 de fevereiro de 1954, p. 4.



O tempo não abrandou a opinião do *Diário de Notícias* sobre Jango. Entretanto, nas eleições de 1955, nas quais o político concorre a vice-presidente em coligação com Juscelino Kubitschek do PSD, Goulart teve menos atenção do periódico e os comentários desfavoráveis tratados com mais parcimônia, talvez refletindo um temor de uma nova investida da população contra o jornal como a que ocorrera na morte de Vargas no ano anterior. No espaço intitulado “Panorama Político”, localizado na página 3 do dia 17 de setembro de 1955, o jornalista Murillo Marroquim escreve sob a manchete “João Goulart transformou-se no elemento de perturbação geral no quadro sucessório” como a disputa entre os candidatos a vice-presidência ainda não estava bem esclarecida e depois de tecer comentários sobre a fraca atuação do candidato Danton Coelho (PSP) e indicar a vitória de Milton Campos (UDN), afirma que “Goulart marcha para a derrota. O sacrifício do sr. João Goulart se torna, dia a dia, mais inequívoco; o chefe do getulismo marcha para a derrotam quase inevitável, a menos que as tendências do eleitorado, na última semana das urnas mudem completamente.” Há duas semanas do pleito, algo realmente deve ter ocorrido, visto que Jango vence a eleição, fato que é noticiado com um tom informativo pelo jornal, procurando não emitir opiniões maiores sobre o político gaúcho. Por sua vez, no Rio de Janeiro, os golpistas de plantão da UDN tentavam sabotar de todo jeito o processo eleitoral. Carlos Lacerda acusa Jango de querer formar “brigadas de choque obreiras”, envolvendo Péron, presidente argentino, o deputado peronista Antonio Brandi, entre outros (FERREIRA, 2008a, p. 318). O episódio da “carta Brandi” tem pouca repercussão nas páginas do *Diário*, sendo desmentida em entrevista pelo próprio deputado<sup>14</sup>.

Entretanto, na eleição de 1960, a desaprovação a Jango ganha certa visibilidade. O foco das notícias estava sobre a disputa entre os presidencialistas Jânio Quadros (PDC), marechal Henrique Teixeira Lott (PSD) e Ademar de Barros (PSP) – mas enquanto a contagem parcial de votos aponta para uma vitória de Quadros, a disputa para vice-presidente se mostraria acirrada. João Goulart (PTB) e Milton Campos (UDN) novamente concorriam ao cargo como em 1955, com Fernando Ferrari do MTR também inscrito. A eleição ocorrera em 3 de outubro e com a contagem sendo feita, o *Diário de Notícias* publica a seguinte charge de SamPaulo no dia 6 de outubro.

---

<sup>14</sup> *Diário de Notícias*, 28 de setembro de 1955, p. 3.



Figura 3 - *Diário de Notícias*, 6 de outubro de 1960, capa.

Na imagem, vemos João Goulart na estrada para chegar à vice-presidência, assumindo a liderança na apuração, mas seguido de perto por Milton Campos, representado segurando firmemente o político gaúcho, indicando que sua atuação irá atrapalhar Jango e dessa forma quem sabe, ganhar a eleição. Tal desejo é novamente representado dois dias depois pela cobertura da eleição publicada na capa do periódico.

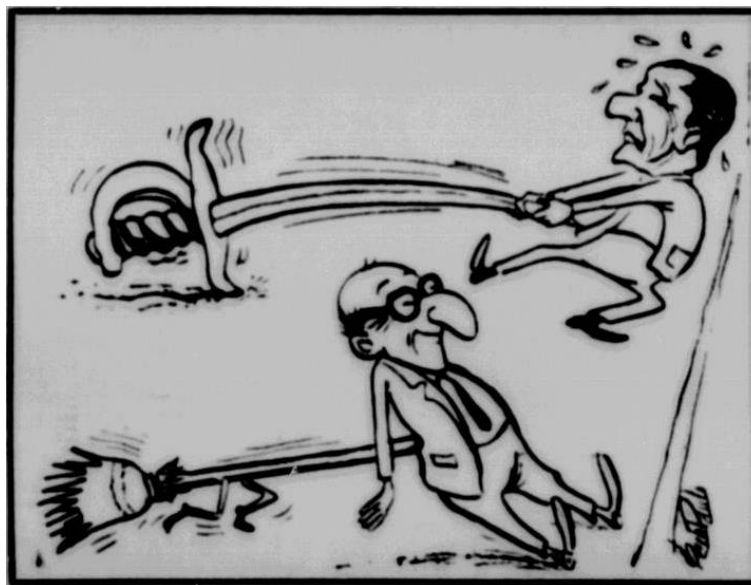


Figura 4 - *Diário de Notícias*, 8 de outubro de 1960, capa.

Nesta charge, para chegar à linha final da corrida eleitoral, Jango tem a expressão do rosto aflita por ter que puxar o peso de um grande sabre, representando seu companheiro de chapa, o marechal Henrique Teixeira Lott. Naquele momento, Jânio Quadros já possuía uma liderança consistente na apuração dos votos e a charge parece indicar que o mau desempenho de Lott poderia se repetir na votação de Goulart. Por sua vez, a imagem também mostra Milton Campos sendo empurrado pela “vassourinha” de Jânio Quadros, símbolo de sua

campanha anticorrupção. Campos se mostra tranquilo rumo à linha final, mas a vantagem representada na charge se confirmaria: novamente João Goulart é eleito para a vice-presidência.

Maristel Pereira Nogueira analisando o anticomunismo no *Diário de Notícias* (2009, p. 99-101) comenta sobre o papel da charge no meio jornalístico. Segundo a autora, o historiador precisa estar ciente de que tais ilustrações tem uma vida efêmera, correndo o risco de que não alcancemos todos os elementos que foram percebidos pelos leitores na época de sua publicação. A interpretação é pessoal e subjetiva, podendo ser reavaliada se novos elementos surgirem ou outro pesquisador se debruçar sobre a charge. A sátira transmitida pela charge contém sempre um ataque agressivo e uma visão fantástica do mundo transformado e, não obstante fazer rir, insere “agudos e reveladores comentários sobre os problemas do mundo em que vivemos” (BELTRÃO, 1980, p. 82 *apud* NOGUEIRA, 2009, p. 101).

João Goulart assumira a frente do getulismo<sup>15</sup> e do trabalhismo do PTB com a morte de Getúlio Vargas. Mas mesmo antes disso acontecer, já contava com a antipatia do *Diário de Notícias*. Se por um lado o periódico, assim como seu dono, defendia o capital estrangeiro como chave para o desenvolvimento do Brasil<sup>16</sup>, João Goulart era integrante do setor nacional-desenvolvimentista, buscando nas reformas de base os meios para que o país tivesse melhores condições para sua população. Sempre que o político se destacou na política, foi bombardeado com críticas pelo *Diário*, inclusive com falsas associações com o comunismo soviético, algo que poderia desgastar sua imagem junto a setores da população naqueles anos 50 e 60, período em que a Guerra Fria estava a pleno. Após sua eleição em 1960, João Goulart continuaria a passar por desafios como político. Primeiro, a crise gerada até sua posse como presidente da República já no regime parlamentarista e depois, seus esforços para que o presidencialismo fosse o sistema de governo novamente foram duras provações, fatos acompanhados de perto pelo *Diário de Notícias*. Trataremos disso no capítulo seguinte.

---

<sup>15</sup> O getulismo ou varguismo surge durante o governo do Estado Novo (1937-1945), comandado por Getúlio Dornelles Vargas. Caracterizou-se por ser um movimento de opinião pública favorável, até mítico, ao político gaúcho, confundindo-se em diversos momentos o trabalhismo, cultura política também fruto do Estado Novo e que ainda tem representantes nos dias de hoje. Para maiores detalhes, ver (GOMES; ARAÚJO, 1987).

<sup>16</sup> Conforme, por exemplo, editorial do dia 18 de maio de 1960 (p. 4), intitulado “Investimentos estrangeiros”. A coluna inicia dessa forma: “A exposição objetiva dos fatos e as conclusões que decorrem de uma análise sem preconceitos estabelecem com a maior clareza que só vantagens e benefícios auferem o Brasil dos investimentos estrangeiros, particularmente os norte-americanos, que são feitos em nosso país.” O editorial segue refutando o argumento de que tais investimentos seriam capitais de rapina e espoliativos e que os reinvestimentos que surgiram a partir destes a longo prazo fomentaram o espírito de cooperação com o capital local.

## 2 – O PARLAMENTARISMO

### 2.1 - Jânio Quadros e a Campanha da Legalidade

Como citamos no capítulo anterior, Jânio Quadros fora eleito presidente da República em 1960. O político fez sua carreira em São Paulo, sendo prefeito da capital e depois governador do estado. Thomas Skidmore (1969, p. 231-234) classifica Quadros como um político não ortodoxo, com uma imagem de “antipolítico”, que se colocava como um *outsider* contra o “sistema”. Segundo o autor, Jânio teve posições ambíguas quanto ao legado de Vargas, pois era um crítico do estilo paternalista do getulismo – entretanto, não se dispôs a associar-se às tradicionais forças anti-Vargas. Em sua carreira política, acaba assumindo uma imagem personalista: o eleitor podia confiar *nele* (SKIDMORE, 1969, p. 232) e com tal discurso, atraía as classes média e média-baixa urbanas, que viam em Jânio um homem dinâmico e honesto. Jânio Quadros concorreu à presidência pelo PDC, mas tinha como grande apoio a UDN. Cansada de perder para a aparente imbatível aliança PSD-PTB, partidos de origem getulista, a UDN é atraída pela oratória de Quadros e decide apoiá-lo; este, no entanto, anuncia que manteria sua independência quanto a negociações partidárias.

Quando toma posse em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros elenca como principais problemas do país a ineficiência governamental e a crise financeira, tendo o Brasil naquele momento uma dívida externa de 2 bilhões de dólares. Para combater a inflação, imediatamente lança mão de medidas de perfil liberal, como a simplificação do sistema cambial, fim de subsídios do trigo e gasolina e incentivos ao setor exportador; tais medidas fazem com que o governo de Jânio obtenha aprovação do FMI para a renegociação de dívidas. Entretanto, depois de alguns meses, as medidas rigorosas de controle inflacionário pareciam não estarem funcionando. Além disso, com a reforma do sistema cambial, o pão e a gasolina tiveram seus preços duplicados, tornando o combate à inflação uma tarefa extremamente impopular – algo preocupante visto que outras medidas duras estavam previstas, como a restrição ao crédito, congelamento de salários e o fim de subsídios para importações. Em agosto, Jânio repensa o custo político de tal austeridade e passa a escutar conselhos de setores desenvolvimentistas, que pregavam que o Estado deveria continuar a incentivar a industrialização no país e aumentar os investimentos públicos.

Mas se por um lado Jânio inicia seu governo com medidas conservadoras no âmbito interno para depois rapidamente mudar de rumo, sua política no plano externo seria ainda mais polêmica. Apesar de agradar o FMI com a austeridade tomada na economia, Quadros

manteve um discurso crítico aos Estados Unidos desde o princípio de seu mandato como presidente. Lança a Política Externa Independente (PEI), criada se valendo do impacto internacional gerado pelo advento da administração Kennedy e da Revolução Cubana, tendo inspiração gaullista, que buscava autonomia da França dentro da aliança ocidental (VISENTINI, 2008, p. 208). Naquele período, o Brasil reata relações diplomáticas com diversos países do leste europeu comunista, bem como inicia tratativas para estabelecer um entendimento com a União Soviética. Em relação a Cuba, que passara pelo processo revolucionário há pouco tempo, nega-se a romper relações, contrariando a orientação ideológica dos Estados Unidos. Critica o *apartheid* sul-africano, apoia as independências de Angola e Moçambique ao mesmo tempo em que se afasta do antigo aliado conservador, o ditador português Salazar. A PEI aumenta a desconfiança sobre as intenções de Quadros. Quando o presidente condecora Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a crise explode. Carlos Lacerda, agora governador do estado da Guanabara pela UDN e aliado na época da eleição de Quadros, agora inicia uma intensa campanha de ataques ao presidente. Via rádio e televisão, bem através de seu jornal *Tribuna de Imprensa*, Lacerda procura desacreditar Jânio perante à classe média e aos altos escalões militares acusando-o de um nacionalismo antiamericano associado a posições de esquerda. Quadros, que tanto presou por sua independência, agora estava sem base política para apoiá-lo.

Nesse momento, o *Diário de Notícias* ainda parecia confiar no presidente. Em editorial do dia 22 de agosto de 1961 (p. 4) intitulado “Nós e o presidente”, é comentado que Jânio viria ao Rio Grande do Sul para passar alguns dias. Uma vez aqui, poderia examinar nossos problemas de perto e sendo o presidente alguém não dado a festejos nem escravo de protocolos, seria uma oportunidade dos gaúchos de falar francamente sobre suas questões. Não seria momento de rixas partidárias ou críticas vazias e apesar da mentalidade propensa à reclamação e lamúria na qual os gaúchos teriam, era a hora de assumir um espírito novo e energético. A coluna termina da seguinte forma:

Enfim, dentro de poucos dias aí teremos o Presidente da República. E a ele devemos falar francamente. Mesmo que essa fraqueza (*sic*) seja um pouco rude ela sempre será preferível, a todo o bom brasileiro – e nessa conta temos o sr. Jânio Quadros – às festas e aplausos, as palmas e “vivas”. Para isto sobrarão tempo neste país. Se o presidente veio para trabalhar – então trabalhemos com ele.

O jornal deposita na presença do presidente uma oportunidade para que os gaúchos possam ser ouvidos e seus problemas resolvidos mediante trabalho, algo condizente com a aura personalista com a qual Jânio se destacara.

Mas em um ato que nunca foi completamente esclarecido, Jânio Quadros renuncia ao cargo de presidente da República em 25 de agosto de 1961<sup>17</sup>. O *Diário de Notícias* publicaria no dia seguinte:



Figura 5 - *Diário de Notícias*, 26 de agosto de 1961, capa.

<sup>17</sup> A tese mais aceita para tal ato seria a de que o presidente proporia uma renúncia que seria recusada pelo Congresso que, temendo o vice-presidente, pediria a volta de Jânio, dando-lhe mais poderes. Mas a instabilidade provocada pelo *outsider* Jânio durante seu meteórico mandato de sete meses na verdade teria deixado aliviada grande parte dos políticos profissionais e o Congresso prontamente aceitaria a entrega do poder (SKIDMORE, 1969, p. 248).

O conjunto das imagens e manchetes da capa do *Diário de Notícias* procura mostrar que, apesar da atitude inesperada de Jânio (vítima da difamação de Carlos Lacerda segundo o ministro da Justiça Pedroso Horta) a situação do país era de ordem e cumprimento à Constituição. As duas fotos no centro da página mostram, com igual destaque, o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli, identificado como o presidente interino (já que Jango encontrava-se em viagem) e o presidente efetivo, João Goulart, primeiro na linha sucessória em caso de vacância da cadeira presidencial. Nota-se a dupla referência à Carta Magna nas manchetes (“Constituição manda empossar Jango” e “Ranieri assume prometendo pôr a Constituição acima de tudo”), como também a garantia de prontidão do IIIº Exército, procurando com isso demonstrar que a “nação armada” estaria pronta para qualquer distúrbio na ordem pública. Na mesma capa, na parte inferior à direita, o governador Leonel Brizola, político do PTB em ascensão na esquerda gaúcha e brasileira, publica um apelo aos gaúchos para que se respeite a legalidade constitucional neste grave momento do país. Também é noticiado que os Estados Unidos foram surpreendidos pela atitude de Jânio e aguardariam o desenrolar dos fatos sem se pronunciar.

Com a atitude de Jânio Quadros, o caminho constitucional natural seria a posse de João Goulart, o vice-presidente – esta, no entanto, é vetada pelos ministros da Guerra marechal Odílio Denys, da Marinha almirante Sílvio Heck e da Aeronáutica brigadeiro Gabriel Grün Moss, que temiam a influência do político gaúcho junto aos meios operários, além de sua vinculação com comunistas e da simpatia aos países socialistas (KONRAD; LAMEIRA, 2011, p. 69). No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola<sup>18</sup> mobiliza a população gaúcha para resistir ao golpismo dos ministros militares, iniciando o episódio que ficaria conhecido como Campanha ou Movimento da Legalidade<sup>19</sup>. Conseguindo atingir o país inteiro com o uso do rádio, ganha importantes adesões na defesa da posse de Goulart, como do IIIº Exército, sediado em Porto Alegre, do governador de Goiás Mauro Borges além de outros agentes sócio-políticos, como estudantes, intelectuais e trabalhadores. Os dias finais de agosto de 1961 foram tensos no Brasil. Com Brizola e sua oratória explosiva defendendo a posse de Jango enquanto os ministros militares se mostram intransigentes, o conflito poderia

---

<sup>18</sup> Brizola tinha uma oratória polêmica, voluntariosa, agressiva, emocional, por vezes afetiva, em geral não conciliatória, mas amplamente compreensível às massas. Repetia insistentemente e didaticamente as suas ideias forçando a captação e com sua dramaticidade eloquente (BRANDALISE; HARRES, 2016, p. 60) pronunciou-se por horas na Cadeia da Legalidade, conjunto de emissoras no Brasil que retransmitiam a fala do governador feita a partir de transmissores de ondas curtas e médias requisitados à Rádio Guaíba e instalados no Palácio Piratini.

<sup>19</sup> Para maiores detalhes sobre a Campanha da Legalidade através da imprensa, ver (NOGUEIRA, 2009) e (GRIJÓ, 2011).

acontecer a qualquer momento, como noticiado na capa do *Diário de Notícias* do dia 30 de agosto:



Figura 6 - *Diário de Notícias*, 30 de agosto de 1961, capa.

Na manchete, fica claro que Brizola está disposto a resistir ao golpe que se arma e que centraliza a mobilização no Rio Grande do Sul, conforme o título à direita da página. Abaixo da manchete principal, a informação de que o governador se utiliza do rádio para transmitir sua mensagem legalista.

No editorial “Solução para a crise”, publicado no mesmo dia (p. 4), o periódico afirma que a resposta para a crise atual do Brasil é simples: o cumprimento da lei. A Carta Constitucional previa de forma clara e indiscutível o que deveria ser feito para a substituição de cargos nos altos órgãos do país e o Rio Grande do Sul, através de seu governo, das forças armadas, da Igreja e do Poder Judiciário deu sua palavra de que cumpriria o que determinava a Lei Magna. Destacamos dois pontos deste editorial. O primeiro, através da resposta à pergunta feita pelo jornalista ao se questionar o motivo pelo qual se deveria seguir a lei: “Porque no cumprimento da lei não há benefícios para este ou aquele partido, para este ou aquele cidadão, mas sim a boa regra de convivência pacífica entre os cidadãos.”. Dessa forma, o editorial deixa subentendido que, apesar de ser João Goulart a ser empossado como presidente da República, desagradando o *Diário de Notícias* e seus leitores, é isso o que a lei determina e o que precisa ser cumprido. Outro ponto notável no editorial é a falta de crítica aos militares e setores golpistas, responsáveis por deixar o país à beira da “tragédia da luta fratricida”, como diz a coluna, referindo-se ao momento pelo qual o país passava.

Entre as represarias de Brasília, vem a ordem para o bombardeio do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho e símbolo do entrenchamento liderado por Brizola - tal operação não ocorreria por desobediência de sargentos da Aeronáutica, apoiadores do governador e da



Legalidade. Na capital federal, após resistir à pressão dos ministros militares, negando o impedimento da posse de Jango e sob o risco de uma guerra civil iminente, surge no Congresso Nacional uma solução para o impasse - de forma a manter certa normalidade constitucional, é negociada a adoção do sistema parlamentarista no Brasil, diminuindo assim os poderes de Goulart como presidente.

Jango estava em viagem à China comunista, onde fora chefe de missão econômica brasileira; quando toma conhecimento da renúncia de Quadros e do veto dos militares, já estava em Cingapura, retornando ao Brasil. Procura adiar sua volta para que uma solução fosse encontrada, fazendo escalas em Paris, Nova York e Montevideu - na capital uruguaia, encontra-se com Tancredo Neves, deputado federal mineiro pelo PSD, com quem o gaúcho pactua o aceite da solução casuística (FERREIRA, 2008a, p. 335). No dia 2 de setembro de 1961, o Congresso Nacional publica a Emenda Constitucional nº 4, na qual o Brasil institui o sistema parlamentar de governo e votada às pressas na madrugada do dia anterior; dali a cinco dias, finalmente João Goulart assumiria a Presidência da República em Brasília.



Figura 7 - Diário de Notícias, 7 de setembro de 1961, capa.

A *Diário de Notícias* publica no dia da posse a capa acima. Nela vemos o anúncio da posse de Jango prevista para a tarde do dia 7 de setembro, coincidindo com o dia em que é comemorado o dia da Independência do Brasil. Na foto maior, Goulart chegando em Brasília saudado pela multidão de admiradores e dessa forma, demorando 15 minutos para percorrer a

distância entre o avião e o prédio do aeroporto, mostrando grande apoio popular, conforme a legenda. Na outra foto da capa, Tancredo Neves anunciado como o provável “*premier*” do regime, fato confirmado no dia seguinte pelo jornal. À esquerda da página, a declaração de que o presidente pedirá ao Congresso um plebiscito para validar ou não o parlamentarismo, consulta prevista na Emenda Constitucional, mas que Jango desejava antecipar. Finalmente, à direita, uma mensagem do ministro da Guerra marechal Odílio Denys aos militares, saudando-os pelo Dia da Pátria e pedindo patriotismo, respeito à autoridade e vigilância constante para cumprirem suas responsabilidades para com o país. Não podemos deixar de comentar a disposição das colunas laterais feita pelo periódico, conscientemente ou não, representando o espectro político brasileiro naquele momento: à esquerda, o nome de Goulart pedindo o que seria democrático, ou seja, a decisão popular sobre os rumos do país; à direita, um dos artífices do golpe fracassado tendo o mesmo espaço no jornal para continuar a se manifestar.

## **2.2 - Precedentes do parlamentarismo no *Diário de Notícias***

O regime de gabinete já havia sido adotado no Brasil durante o período imperial em 1847, sendo extinto com a proclamação da República. Mesmo assim, não era estranho às páginas do jornal e à política nacional nos anos 1950 e 1960. Em 2 de setembro de 1955 (p. 12 - contracapa), o *Diário* noticia que a Câmara derrubara emenda parlamentarista de Raul Pilla. É informado que o PSD votou maciçamente contra a preposição, enquanto todos os deputados da UDN foram a favor. O PTB estava dividido e somente parte de seus representantes foram favoráveis ao parlamentarismo. Na ocasião, foi proposto pelo PL um sistema intermediário entre o presidencialismo e o parlamentarismo, no qual o cargo de vice-presidente fosse extinto, já que era inútil, segundo o deputado Bento Gonçalves Filho - o artigo informa que tal proposição teria grande oposição na Casa. Ainda dentro da proposta, os ministros de Estado seriam nomeados pelo presidente, mas deveriam ser ratificados pelo Congresso, podendo ser obrigados a deixarem o posto caso o Legislativo assim decidisse. Presidentes de autarquias, os governadores dos Territórios entre outras instituições também deveriam passar pelo crivo do Senado.

Em 8 de outubro do mesmo ano, o deputado mineiro pelo PSD Gustavo Capanema declara que “Considero o presidencialismo da Constituição brasileira (de 1946) como uma

solução extinta”<sup>20</sup>. Na notícia, o deputado declara que o país precisa de uma reforma profunda e para isso, deve adotar o mesmo parlamentarismo da República Federal Alemã, país com grande cultura jurídica. O deputado critica ainda os modelos francês e inglês, visto por ele como acadêmicos e superados, enquanto o parlamentarismo alemão seria moderno, fortalecendo tanto o poder Executivo quando o Legislativo.

Pouco antes da renúncia de Jânio Quadros, as páginas do *Diário* publicam declaração de Raul Pilla sobre o então atual presidente, que daria boas razões para o parlamentarismo<sup>21</sup>. Em uma conferência para universitários, o deputado afirmara que cada governo que se sucede, “traz sua contribuição em favor da ideia da necessidade do parlamentarismo”. Criticando Kubitschek e também Quadros, com quem até concorda em alguns atos, mas discorda dos métodos, Pilla questiona principalmente a política externa brasileira, condenando a posição do país sobre Cuba pós Revolução. O deputado ainda compara o estilo de governo de Quadros a uma ditadura de parlamento aberto e atribui parte da responsabilidade disso ao próprio Congresso, com seu funcionamento impotente.

O projeto para a adoção do parlamentarismo fora proposta pelo deputado federal gaúcho Raul Pilla, histórico defensor do governo de gabinete. Era a terceira oportunidade que o político apresentava tal emenda constitucional (BUENO, 2006, p. 231), protocolada duas semanas antes da renúncia de Jânio Quadros. Devido à insistência de Pilla e de seu Partido Libertador, tal projeto pôde ser usado como medida conciliatória entre as forças políticas na ocasião da crise. No entanto, Pilla se mostraria preocupado com a adoção do sistema em condições tão adversas, mas acaba votando a favor da emenda (PILLA, 1980, p. 437-442). Mais tarde, admitiria que era contra o estabelecimento naquelas condições, visto que o sistema precisaria ser instituído com cuidado e sob as condições ideais. Segundo o político, da forma como foi implantado, estava destinado ao fracasso porque Goulart nunca quis que funcionasse (CORTÉS, 2007, p. 273). Entretanto, de perfil conciliador, Jango inicialmente aceita tal alternativa para que pudesse tomar posse. Seria uma “saída honrosa” também para os militares, que não conseguiram mobilizar suficientemente as Forças Armadas e outros setores para impedir a posse do petebista.

---

<sup>20</sup> *Diário de Notícias*, 8 de outubro de 1955, p. 12 - contracapa.

<sup>21</sup> *Diário de Notícias*, 22 de agosto de 1961, p. 3.



Figura 8 - *Diário de Notícias*, 31 de agosto de 1961, p. 3.

O *Diário de Notícias* publicou em meio aos acontecimentos da Legalidade a charge de SamPaulo acima. Nela, vemos o deputado Raul Pilla correndo em direção ao Congresso Nacional com uma emenda parlamentar nos braços sob a legenda: “Hê, hê, hê...! É agora ou nunca mais...”. Sendo o político já conhecido pela defesa do parlamentarismo e com o Brasil envolto por uma crise institucional, a charge indica que surgira a oportunidade para que fosse finalmente adotado o regime de gabinete no país – as teias de aranha na proposta lembram a perseverança de Pilla no assunto, que já como deputado federal constituinte em 1946 propusera a adoção do parlamentarismo (PAIXÃO; BARBOSA, 2013, p. 48).

O impasse da crise começa a caminhar para a solução e o *Diário de Notícias* anuncia em sua capa: “Chefes militares cedem para o parlamentarismo<sup>22</sup>”. Em outra manchete ao lado desta, lê-se “Parlamentarismo: Câmara reformou o regimento interno”, com sua notícia informando a mobilização do Congresso durante a noite para permitir o rápido trâmite da emenda parlamentarista. Apesar do aparente alívio transmitido pelas manchetes, ainda havia uma tensão no país, traduzida pela foto logo acima da manchete, que tem por legenda “Canhões antiaéreos vigiam os céus de P. Alegre”. O armamento mostrado na imagem havia sido montado no Parque da Redenção como parte do esquema de defesa da capital gaúcha organizado pelo IIIº Exército durante a Legalidade, que contava com os mesmos equipamentos em outros locais da cidade, segundo o jornal. Na página 3 do mesmo dia, onde eram publicadas pequenas notícias da rotina política, SamPaulo tem publicada a seguinte charge:

<sup>22</sup> *Diário de Notícias*, 1º de setembro de 1961, capa.



Figura 9 - *Diário de Notícias*, 1º de setembro de 1961, p. 3.

Colocada ao lado e sob a manchete da mesma notícia da capa para continuar a tratar do assunto sobre o trâmite interno da emenda parlamentarista na Câmara dos Deputados, a charge interage com a nota e traz com sua forma satírica e própria de comunicação, um agudo comentário sobre o rumo que a crise política estava tomando. Na imagem, vemos um cidadão comum comentando com a expressão do rosto preocupada o que lê no jornal em suas mãos: “Congresso aprovou parecer parlamentarista”. A fala deste tenta traduzir o sentimento surgido na sociedade brasileira: “Pois eu também acho, meu: tão querendo mudá a regra do jôgo no meio da partida...”. O outro cidadão da charge escuta o comentário com o semblante sério, transmitindo sua desaprovação a respeito da manobra encontrada em Brasília para tentar acomodar os interesses de todos.

### 2.3 - O sistema parlamentarismo brasileiro – a teoria

Uma definição dada para o parlamentarismo seria o “regime político em que o governo (Conselho de Ministros), que exerce o poder em nome de um chefe de Estado irresponsável, é politicamente responsável frente a uma Assembleia Nacional sujeita à dissolução” (BRAUD, 1996, p. 171 *apud* GROFF, 2003, p. 138). Por sua vez, Paulo Vargas Groff (2003, p. 138) entende que o que define o sistema é a dependência ou necessidade de cooperação política entre os Poderes Executivo e Legislativo, ao contrário do que ocorreria no presidencialismo, no qual há uma independência entre os Poderes.

O parlamentarismo apresenta características próprias conforme o país que o adota, divergindo nas diversas regras que compõem o sistema a partir da construção histórica de sua

Nação, mas geralmente possui as características básicas que mencionaremos a seguir, adotadas também pelo Brasil em 1961.

- Executivo dualista: há a distinção entre o chefe de Estado (monarca ou presidente) do chefe de governo (primeiro-ministro, chanceler ou presidente do Conselho de Ministros no caso brasileiro). A chefia do Estado não se envolveria com o Poder Executivo (governo), constituindo uma espécie de quarto Poder, equidistante dos demais. O governo, por sua vez, geralmente é exercido pelo líder da maioria parlamentar (obtida com um ou mais partidos), sendo indicado pelo chefe de Estado; os ocupantes das pastas ministeriais (Gabinete) são indicação do chefe de governo. Também é comum que o chefe de Estado possa dissolver o Parlamento em caso de sucessivas negativas para nomear o primeiro-ministro;

- Governo com responsabilidade política: o governo necessita para se manter o consenso ou aceitação da maioria parlamentar e não apenas a noção de maioria ou minoria dentro do Parlamento. Se houver a perda da confiança da assembleia em relação ao Gabinete, uma “moção de desconfiança” provoca a demissão do governo. Além disso, os deputados podem emitir uma “moção de censura”, na qual obriga que o governo mude alguma ação de sua gestão. Também é possível requer ao Parlamento uma “moção de confiança” de forma a reafirmar a estabilidade do Gabinete;

- Câmara Baixa sujeita a dissolução: no caso brasileiro, a Câmara dos Deputados – ficando sujeita a dissolução pelo chefe de Estado, a Câmara Baixa tende a somente declarar a desconfiança no governo quando sua política não tenha mais apoio popular. Caso contrário, ao provocar a demissão de um governo ainda apoiado pela população, dá a entender ao chefe de Estado que o Parlamento não está representando de forma conveniente o povo (GROFF, 2003, p. 139-140), que pode resolver a questão dissolvendo a Câmara.

Os 25 artigos da Emenda Constitucional nº 4 de 1961<sup>23</sup> instituíram um parlamentarismo puro no Brasil (CINTRA, 2015, p. 63) com o presidente eleito pelo Congresso<sup>24</sup>. Os artigos finais tratam da fase de transição e, conforme o art. 21, João Goulart exerceria o mandato de presidente da República até o dia 31 de janeiro de 1966 - ao tomar posse, deveria indicar o presidente do conselho de ministros, bem como seus integrantes. Pela emenda, o cargo de vice-presidente é extinto e as Constituições Estaduais deveriam se adaptar

<sup>23</sup> Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15/12/2017.

<sup>24</sup> Ao contrário do modelo francês, no qual o presidente é eleito diretamente pela população, princípio fruto do período gaullista, que procurou criar um chefe de Estado forte (GROFF, 2003, p. 213).

ao sistema parlamentar somente depois do fim dos mandatos dos governadores então em exercício. Conforme o esperado, os poderes de Jango foram diminuídos em grande parte. Por exemplo, perdera a prerrogativa de propor leis e o orçamento da União, de exonerar ministros, de orientar a política externa e conforme o artigo 7º, todos os atos do presidente da República deveriam ser referendados pelo presidente do Conselho e pelo ministro competente. Não havia a previsão de decretos-lei nem medidas provisórias e mesmo o comando as Forças Armadas deveria ser feito através do presidente do Conselho de Ministros.

#### **2.4 - O sistema parlamentarismo brasileiro – a prática**

Dada às condições peculiares em que o parlamentarismo fora adotado no Brasil, seu fracasso era esperado por dois aspectos: o caráter híbrido do sistema e a oposição à sua institucionalização (ALMEIDA, 1995, p. 131). Logo na sua posse, Goulart e seus aliados já deixam claro que são contra o sistema e afirmam que pediriam um plebiscito ao Congresso para que a população decidisse se aceita o sistema parlamentarista (ver figura 7). Havia a previsão para essa consulta na Emenda Constitucional, mas ela estava prevista para 9 meses antes do fim do mandato de Jango, ou seja, maio de 1965, algo extremamente desvantajoso para alguém interessado em profundas reformas no Estado brasileiro.

Seja pela falta de preparo das instituições, seja pelo desinteresse real em adotar o novo sistema:

A adoção do parlamentarismo não levou os principais atores políticos a operarem sempre de acordo com os procedimentos do novo sistema político. Os partidos políticos e suas principais lideranças continuaram a agir tendo como referência o arcabouço institucional presidencialista. Em várias ocasiões o gabinete se comportou como se não contasse com o apoio do Congresso, e o parlamento ignorou completamente as propostas sugeridas pelo Conselho de Ministros. Mais grave que isso, a ação permanente do Executivo Presidencial influenciou decisivamente o processo de tomada de decisões dos gabinetes. Em várias situações, o conflito entre o Legislativo e o Conselho de Ministros ocorreu porque o gabinete se orientou influenciado pela Presidência da República (ALMEIDA, 1995, p. 131-132).

Sendo uma fase de transição, o sistema ainda era híbrido em suas relações. Mesmo em teoria adotando um parlamentarismo puro, com a perda de poderes do presidente em comparação ao presidencialismo, a definição das prerrogativas do chefe de Estado dependeria das práticas e da experiência para fixar os precedentes que orientariam a rotina do sistema e o poder pessoal do presidente. Goulart soube se aproveitar do hibridismo institucional para combater de dentro o sistema parlamentarista - enquanto os conflitos entre o Parlamento e o Gabinete contribuía para desacreditar o sistema, Jango conseguia fazer com que os

ministros se sentissem coparticipes e não expoentes do Poder Executivo a partir de seus reduzidos poderes.

Dessa forma, dois tipos de práticas não parlamentaristas estiveram presentes no desgaste do sistema: a interferência do Poder Executivo presidencial nas atribuições de governo e a manutenção da independência dos poderes Legislativo e Executivo. Sobre o primeiro tipo de procedimento presidencialista, destaca-se a presença de Goulart em reuniões de gabinete para pressionar o Conselho, bem como a interferência de órgãos ligados à Presidência da República (como a Casa Civil) nas decisões do Gabinete. O segundo tipo diz respeito à ausência de disposição do Parlamento em votar de acordo com as diretrizes do Conselho.

Alberto Carlos Almeida (1995) comenta sobre tais práticas a partir da análise das atas das reuniões do Gabinete daquele período. Mostrando que Jango, ainda negociando diretamente com grupos sociais, levava diretamente suas reivindicações ao Conselho de Ministros para pressioná-los ou acabava assumindo compromissos “por fora”, tornando difícil para o Gabinete contrariar tais acordos (p. 134), temendo mobilizações populares. Por sua vez, os sucessivos desentendimentos entre a Câmara e o Conselho de Ministros giraram principalmente a respeito do processo orçamentário e o equilíbrio das contas públicas. Quando o primeiro Gabinete de Tancredo Neves propôs uma série de medidas para a contenção de despesas, a Câmara se mostrou intransigente quanto a isso, principalmente por se tratar de ano eleitoral (1962) e o desgaste com os cortes não foi bem recebido pelos deputados; depois de modificações para tornar o limite de gastos menos rigoroso, o orçamento seria aprovado. Como o esperado em um regime parlamentarista, deveria existir uma cooperação entre o Gabinete e a Câmara, já que ambos são responsáveis pela governança de forma conjunta. Mas como Tancredo Neves traduziu “A Câmara (...) era insensível aos fenômenos financeiros, e naquele momento estava mais preocupada em buscar “as melhores soluções de interesses eleitorais do momento” do que encontrar “as melhores soluções de interesses nacionais”” (ALMEIDA, 1995, p. 144).

Após o alívio inicial por evitar uma guerra civil no país, o *Diário de Notícias* começa a deixar transparecer aos poucos seu descontentamento com o novo regime. No dia 9 de setembro uma notícia narrando a cerimônia de posse de João Goulart tem a seguinte manchete:



## **Nasceu sob o signo da confusão o regime parlamentarista no Brasil**

Figura 10 - *Diário de Notícias*, 9 de setembro de 1961, p. 4.

Seja uma previsão do que viria, seja um desejo pelo insucesso do parlamentarismo, o título sensacionalista traduz o que significou o regime no Brasil, que a partir daquele período adquire um estigma de golpismo que permanece até hoje (CINTRA, 2015, p. 63). A notícia na verdade descreve que, como seria de se esperar, a posse de Goulart teve um grande número de convidados e por isso Jango teve certa dificuldade para entrar no plenário da Câmara. Também é descrita uma intervenção de Raul Pilla, o “pai do parlamentarismo” no Brasil, que na ânsia de observar de forma ortodoxa o ritual parlamentarista, declara que Jango deveria anunciar os nomes que constituiriam seu Gabinete naquele momento. O senador Moura Andrade, presidindo a sessão, anuncia que tal comunicação seria feita logo depois a posse e Pilla se daria por satisfeito.

Dias mais tarde, em 16 de setembro, a capa do jornal tem como manchete principal “Tancredo: parlamentarismo no Brasil, só pela metade”. Em sua primeira entrevista a todo país, o primeiro-ministro declara que apesar dos setores técnicos do governo em colaboração com a Câmara dos Deputados estarem se esforçando para aprimorar as instituições parlamentaristas, o regime ainda não pode ser implantado definitivamente, não podendo também reajustar a estrutura administrativa presidencialista. O político também ressalta que o parlamentarismo brasileiro é *sui generis*, pois mantém muitos aspectos do presidencialismo ao ainda manter alguns dos poderes fundamentais em Goulart. A fala do *premier* é coerente com a situação política, transparecendo que há a necessidade de um período de transição entre os regimes, mas a manchete deixa transparecer que o parlamentarismo no Brasil estava destinado a ser incompleto, “manco”.

E é dessa forma que o editorial do *Diário* do dia 5 de junho de 1962 define o parlamentarismo brasileiro. O Senado havia rejeitado emenda constitucional que permitiria aos ministros de Estado continuar em seus cargos para concorrer à reeleição. Tal

desincompatibilização não era necessária em outros países parlamentaristas como Inglaterra e França:

Mas o nosso parlamentarismo é híbrido e **manco** (grifo nosso); funciona segundo conveniências e interesses que não levam em conta a ortodoxia do regime. Destarte, os ministros de Estado, a começar pelo “premier”, que desejem ser sufragados no pleito de 7 de outubro, terão de exonerar-se até 7 de julho vindouro. Prevê-se, portanto, dado que a quase totalidade dos membros do Gabinete vai candidatar-se, a completa remodelação do governo, quanto mais breve melhor.

Melhor, porque ganharemos tempo contra o marasmo em que se encontra a administração, em virtude precisamente da perspectiva da próxima queda do governo<sup>25</sup>.

O editorial segue conclamando João Goulart a escolher melhor o próximo Gabinete e alerta que os agentes da desordem econômica e social do país estão quase todos “encarapitados” no poder. O principal desses agentes seria San Thiago Dantas<sup>26</sup>, que no Itamaraty se presta a elaborar planos para alinhar o Brasil a Moscou. Por isso, finaliza o editorial, é preciso que Minas Gerais, católica, democrática, moralizadora, teria que chamar às contas políticas o chanceler que teria nos conduzidos, humilhados, ao caminho da capitulação a Nikita Krutchev. Além disso, a proteção dada a Fidel Castro e seus assassinos não poderia ser esquecida pelo eleitorado no próximo pleito, em 7 de outubro. Iniciando o texto com uma crítica à maneira como o parlamentarismo vinha sendo exercido e a paralisia do país devido a isso, o editorial acaba levando sua censura à política externa brasileira, tentando associar elementos do PTB ao comunismo, uma constante nas páginas do *Diário de Notícias*.

Como retrato de um momento de tensão dentro do sistema parlamentar, temos o episódio da sucessão do primeiro Conselho de Ministros. Como citamos antes, o Gabinete de Tancredo Neves teve que renunciar para concorrer às eleições de outubro e Goulart indicara justamente San Thiago Dantas para substituí-lo. O ex-chanceler tinha apoio dos sindicatos, de movimentos sociais e das esquerdas de uma forma geral, mas devido a sua atuação no Itamaraty, foi rejeitado na Câmara pelos udenistas e pessedistas (FERREIRA, 2008b, p. 357). Era um momento de radicalizações políticas no Brasil e com receio de movimentações da esquerda, o *Diário de Notícias* publica em sua capa do dia 26 de junho de 1962 a seguinte manchete: “Tropas do Exército garantem a Câmara”, com a chamada “Mão de ferro contra quaisquer agitações que visem forçar a escolha de S. Thiago”. Na notícia, fica-se sabendo que por pedido do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, duzentos paraquedistas foram enviados

<sup>25</sup> *Diário de Notícias*, 5 de junho de 1962, p. 4.

<sup>26</sup> Carioca, fez sua carreira política filiado ao PTB mineiro devido a sua origem familiar. Com bom trânsito no PSD progressista, tinha perfil democrático reformador, em contraposição ao nacionalismo revolucionário de Brizola, ambos expoentes do PTB (ONOFRE, 2016). Escolhido por Jango/Tancredo para a pasta das Relações Exteriores, continuou a PEI de Jânio Quadros, reatando relações com a União Soviética e rejeitando a expulsão de Cuba da OEA, conforme proposta dos Estados Unidos na Conferência de Punta del Este em janeiro de 1962.

à Brasília para reforçar a segurança da cidade. Temendo a mobilização de sindicatos de diversos estados que queriam impor o nome de Dantas, Mazzilli quis garantir que o Parlamento tivesse a autonomia para decidir sobre a nomeação ou não de San Thiago. Seu nome seria rejeitado, mas Goulart aproveita o momento para criar um impasse. Nomeia então o conservador Auro de Moura Andrade, presidente do Senado. Mesmo aprovado no Congresso, seu nome foi amplamente refutado pelos sindicatos, que conclamam uma greve geral - sem alternativa, Andrade renuncia à indicação, desgastando mais um pouco o incipiente regime parlamentarista.

João Goulart e seus aliados nunca esconderam o desejo de governar o Brasil com o presidencialismo e como já demonstrado, diversas práticas foram usadas para que tal objetivo fosse alcançado. Ato a ato, foram articuladas medidas para que o presidente obtivesse os plenos poderes de volta e com o passar do tempo, diferentes agentes políticos também demonstrariam o desinteresse em institucionalizar o parlamentarismo no país. Ao contrário de Brizola, que frustrado com a solução conservadora dada à crise de agosto de 1961, parecia estar disposto a ir além dos processos constitucionais (SKIDMORE, 1969, p. 267), Goulart soube esperar e construir uma solução dentro dos marcos legais disponíveis. Em setembro de 1962, a persistência de Jango e de seus aliados foi recompensada, pois o Congresso antecipa a consulta à população sobre o destino da Emenda Parlamentar nº 4.

### 3 – O REFERENDO

#### 3.1 - A situação política brasileira nos anos parlamentaristas de Goulart

Este capítulo iniciará tratando sobre a situação política brasileira nos anos Goulart. Com a redemocratização após a ditadura do Estado Novo e a instauração do pluripartidarismo nacional, o espectro político brasileiro precisou se reconfigurar entre os anos 40 a 60. Saindo de uma situação na qual os partidos políticos eram regionais e tinham seus próprios embates nos estados durante a Primeira República e superado o hiato partidário de uma ditadura, agora tais agremiações precisavam ter um âmbito nacional. Com isso, até o rompimento democrático em 1964, vários partidos existiram no Brasil, mas três dominaram a cena política. A UDN, com seu liberalismo bastante contraditório; o PSD, pragmático e conservador e o PTB, reformista e nacionalista (DELGADO, 2008, p. 136-144). Os dois últimos foram criados por iniciativa de Getúlio Vargas para lhe dar base de apoio de diferentes formas após o Estado Novo<sup>27</sup>, enquanto a UDN surge fundamentalmente opositora ao ditador. Tal estrutura triangular de poder na verdade acabava se traduzindo em duas forças nítidas e opostas atuando na política nacional. Enquanto o getulismo era incorporado pelo PTB e apoiado por setores do PSD, o antigetulismo teve como principal baluarte a UDN (DELGADO, 2008, p. 135). Mesmo depois da morte de Vargas, tal dicotomia permaneceu, evidentemente transmutada pelo passar dos anos e com a inclusão de novos elementos.

Visentini (2008, p. 197) traz outra face dessa disputa quanto comenta sobre a política externa brasileira. Segundo o autor, existiram dois projetos que procuraram orientar o Brasil em suas relações com os demais países: os nacionalistas e os “entreguistas”. Enquanto o primeiro foi inspirado na CEPAL e catalisado pelo ISEB, buscando certa autonomia frente aos Estados Unidos para impulsionar um desenvolvimento industrial e social, os “entreguistas” tinham sua ideologia definida pela ESG e no liberalismo econômico, destacando as vantagens das orientações norte-americanas.

No capítulo do livro *O poder simbólico* em que trata da representação política, Pierre Bourdieu (2012, pp. 163-202) nos traz elementos para analisarmos o campo político, o qual deve ser entendido ao mesmo tempo como um espaço de forças e de lutas, tendo em vista transformarem a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento. O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que

---

<sup>27</sup> Enquanto o PSD reuniu inicialmente os quadros burocráticos do Estado Novo, oligarquias estaduais e alguns setores da classe média urbana, o PTB tinha origem operária e sindical, além de integrantes do Ministério do Trabalho varguista, procurando ser uma alternativa à esquerda ao PCB.

nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos aos quais os cidadãos comuns, reduzidos a “consumidores”, devem optar aderir (BOURDIEU, 2012, p. 164). O autor francês comenta como a formação de profissionais em diversos campos faz parte do mecanismo de dominação pelo qual o poder simbólico atua - aqueles que não atuam diretamente na política acabam excluídos das decisões na mesma medida em que tem menos instrumentos materiais e culturais, transformados assim em consumidores. Bourdieu também se refere a estes como profanos, em contraposição aos profissionais do mundo político, numa analogia com a religião, na qual existem clérigos e leigos. Ainda segundo o autor, os partidos são os agentes por excelência da luta política, sendo esta composta pela disputa na adesão dos cidadãos e assim, manter ou subverter a distribuição do poder sobre os poderes públicos (uso de recursos públicos, justiça, forças armadas, polícia, finanças públicas, etc...). Os partidos políticos seriam organizações de combate especialmente ordenadas para conduzirem uma forma sublimada de guerra civil, mobilizando de forma duradoura, o maior número possível de agentes dotados da mesma visão de mundo (BOURDIEU, 2012, p. 174).

Todo campo político tende a se organizar na oposição de dois pólos, sendo os seus integrantes ou grupos e suas doutrinas (partido do movimento e partido da ordem, progressistas e conservadores, esquerda e direita) só existindo e exercendo suas ações na relação com seu campo determinado. As propriedades de um partido devem ser examinadas a partir da relação deste com ambos os pólos, levando em conta sua distância e a força de cada um dos extremos sobre o partido, bem como sobre seus dirigentes e integrantes – deve-se levar em conta também a propensão para o partido ocupar o centro, o lugar neutro. O campo político, portanto, é definido em seu conjunto a partir das relações de suas instituições e agentes, com o jogo de suas distinções e oposições (BOURDIEU, 2012, p. 179).

Portanto, o que tínhamos antes e durante o governo Goulart era a disputa entre os pólos do campo político: de um lado, Jango, o PTB e alas do PSD que o apoiavam, herdeiros do getulismo, com seu projeto nacional-desenvolvimentista. Do outro, a UDN e os setores conservadores do PSD, antigetulistas ferrenhos, “entreguistas” com seu projeto econômico liberal e contraditoriamente defensores da democracia ao pedirem em diversas ocasiões a intervenção de militares no jogo político. Os demais partidos e elementos de pressão orbitavam ao redor de cada um dos pólos conforme o jogo de forças em questão.

Ao assumir a presidência do país, João Goulart estava em uma situação delicada. Alçado repentinamente à Presidência, teria uma base de apoio conflituosa mesmo dentro de

seu partido<sup>28</sup> enquanto convivia com a oposição de muitos setores políticos e militares contrários ao projeto ao qual Goulart era representante. Nos primeiros meses de seu governo parlamentarista, forma um Gabinete com equilíbrio dos principais partidos de então. O PSD ficaria com quatro ministérios, além da Presidência do Conselho de Ministros assumida por Tancredo Neves; o PTB ocupou duas pastas e mesmo a UDN obteve dois ministérios. O Gabinete precisaria enfrentar a crise econômica no país ao mesmo tempo em que o presidente reforçava seus princípios anticomunistas e sua devoção à democracia - em um mundo dividido pela Guerra Fria, era fundamental um posicionamento a respeito dos projetos capitalistas e socialistas, ainda mais depois a desconfiança dos Estados Unidos gerada com a adoção da PEI. Como já citado, meses depois o Gabinete de Tancredo Neves renunciaria sob a justificativa de concorrem às eleições de outubro de 1962 em “[...] um plano destinado a demonstrar deliberadamente a inviabilidade do parlamentarismo. Seu objetivo era reforçar a campanha para uma volta ao sistema presidencial.” (SKIDMORE, 1969, p. 267).

Após os acontecimentos envolvendo San Thiago Dantas e Auro de Moura Andrade, o próximo primeiro-ministro indicado por Goulart foi Francisco de Paula Brochado da Rocha, do PSD gaúcho, que envia ao Congresso pedido para a antecipação do pleito sobre a continuidade ou não do regime parlamentarista. O ano já era 1962 e Goulart precisava lidar com seu cunhado Brizola pedindo o fechamento do Congresso e o restabelecimento dos poderes presidenciais por meio do Exército, enquanto as esquerdas pelo país aumentavam o tom, atacando o conservadorismo dos parlamentares e exigindo do Presidente medidas radicais e imediatas. Ao mesmo tempo, o governador da Guanabara Carlos Lacerda personificava a oposição udenista, que constantemente denunciava o governo federal de estar comprometido com comunistas e tramando um golpe de Estado. Jango queria as reformas de base clamadas por diversos setores, mas considerava o parlamentarismo um entrave para aprova-las e desde o início de seu mandato como presidente manobra para a volta do presidencialismo.

De maneira a viabilizar as reformas de alguma forma, Brochado da Rocha solicita ao Congresso poderes para legislar sobre assuntos estratégicos (petróleo e mineração, materiais nucleares, assuntos financeiros e temas relacionados ao campo e reforma agrária) e depois da segunda negativa, seu Gabinete renuncia. A pressão sobre o Congresso aumenta quando os ministros militares, o movimento sindical e mesmo setores conservadores se pronunciam a

---

<sup>28</sup> Para maiores detalhes, ver (ONOFRE, 2016).

favor da antecipação do referendo sobre a continuidade ou não do parlamentarismo. Finalmente em 16 de setembro, com a emenda Capanema, um *referendum* popular é marcado para 6 de janeiro de 1963<sup>29</sup>. Dois dias depois, o último primeiro-ministro da experiência parlamentarista brasileira tomaria posse. Hermes de Lima comandaria o Gabinete de um sistema em descrédito e Goulart evita medidas de impacto até a realização do plebiscito (FERREIRA, 2008b, p. 361). Neste período, acontecem as eleições de outubro de 1962, nas quais o PTB tem aumento expressivo de sua bancada no Parlamento (de 66 deputados para 104), mas UDN e PSD juntos ainda possuíam pouco mais da metade das cadeiras. No plano internacional, o mundo assiste apreensivo ao desenrolar do episódio da Crise dos Misseis em Cuba, aumentando a pressão dos Estados Unidos por um posicionamento claro do Brasil a favor dos interesses norte-americanos.

### 3.2 - Sobre o referendo no *Diário de Notícias*

Em meio aos conflitos gerados pela renúncia do Gabinete de Brochado da Rocha e a greve geral no Brasil convocada pelos sindicatos para exigir que a população fosse ouvida a respeito da forma de governo e pelo aumento do salário-mínimo, o *Diário de Notícias* noticia que a data do referendo fora definida com a manchete “Jango promulgou a lei marcando o plebiscito para 6 de janeiro<sup>30</sup>”. Além de tal informação, fica-se sabendo que a lei complementar que tratou do assunto também aprovou uma regulamentação que permitia ao presidente nomear os ministros do Gabinete de maneira provisória enquanto um novo Conselho não era formado – isso é informado na página 4, onde o texto integral da emenda Capanema é reproduzido. Na capa do mesmo dia, o governador Brizola publica uma nota com o título “Reconheceram”. Nela, afirma que o fato do Congresso ter marcado o plebiscito é o reconhecimento deste de que aquilo que defende tem razão e procedência. Nega ser pregador da subversão e diz estar atento para haver a provocação do Judiciário e este acabe anulando a lei que fixou a data do plebiscito. Ao final, lamenta que as reformas tenham sido proteladas novamente com o referendo, mas que continuará na luta por elas.

---

<sup>29</sup> Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1960-1969/leicomplementar-2-16-setembro-1962-541565-publicacaooriginal-46776-pl.html>. Acesso em 15/12/2017. Existe uma diferença formal entre plebiscito e referendo, sendo o primeiro uma consulta à população feita a priori sobre uma decisão a ser tomada, enquanto referendo trata-se de uma validação ou não de algo já proposto e implantado (OLIVEIRA, 2005, p. 5). Como nas fontes usadas tal distinção não é seguida à risca, por vezes também as utilizaremos como sinônimos.

<sup>30</sup> *Diário de Notícias*, 16 de setembro de 1962, capa. Durante as negociações com a Câmara dos Deputados, havia a expectativa de realizar a consulta juntamente com as eleições em outubro de 1962, fato que não ocorre.

No dia 17 de setembro, o editorial “Maturidade política” elogia a atitude do Congresso em fixar uma data para o plebiscito, que representaria “a pá de cal na crise institucional que intranquilizava a Nação<sup>31</sup>”. Uma vez superado os atritos políticos, o editorial torce para que o governo também possa, pouco a pouco, resolver a crise econômica na qual o país mergulhara justamente pela instabilidade administrativa. Usando os Estados Unidos como modelo de nação altamente progressista, o editorial deseja que o país, com sua maturidade cívica, espiritual e política demonstrada nos últimos dias siga em um processo de grandeza e unidade nacional. Depois disso, o *Diário de Notícias* focaria sua cobertura política nas eleições de 7 de outubro e suas páginas pouco a pouco são ocupadas pela publicidade eleitoral dos candidatos ao governo do estado, deputados federais e senadores. Após o pleito, a apuração dos votos ainda tomaria a atenção por alguns dias, mas uma pequena nota na capa do dia 13 de outubro anuncia que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já começara a preparar o plebiscito<sup>32</sup>. No mesmo dia, a UDN, por meio do deputado Herbert Levy, presidente nacional da legenda, declara que o partido não deverá participar de nenhuma campanha a favor do parlamentarismo. A notícia abre com uma previsão que se mostraria correta: “Aparentemente ficou assegurado o retorno do sistema presidencial do governo ao Brasil (...)”<sup>33</sup>.

Durante a preparação para o referendo, o TSE divulga o modelo de cédula aprovada e que seria usada em 6 de janeiro de 1963.

---

<sup>31</sup> *Diário de Notícias*, 17 de setembro de 1962, p. 4.

<sup>32</sup> *Diário de Notícias*, 13 de outubro de 1962, capa.

<sup>33</sup> *Diário de Notícias*, 13 de outubro de 1962, p. 4.



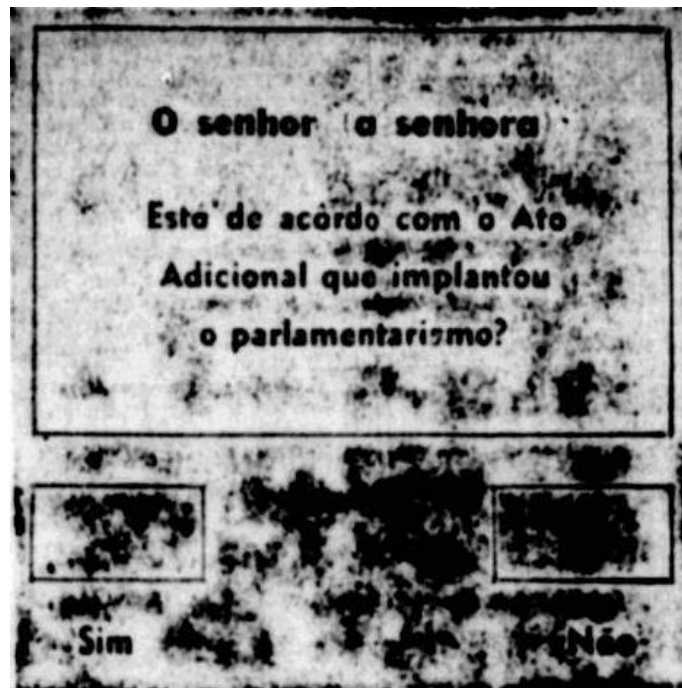


Figura 11 - *Diário de Notícias*, 21 de outubro de 1962, p. 3.

Nela, lê-se a única pergunta da consulta: “O senhor (a senhora) / Está de acordo com o Ato Adicional que implantou o parlamentarismo?”, seguida das quadriculas para o eleitor marcar sim ou não. A notícia que divulgou tal imagem afirma que o TSE decidira que as instruções do plebiscito seriam idênticas ao último pleito, dia 7 de outubro, como por exemplo, a multa de mil cruzeiros para quem não comparecer à consulta e orientações sobre a formação das mesas receptoras. Mais tarde, o modelo seria reelaborado, simplificando a pergunta:

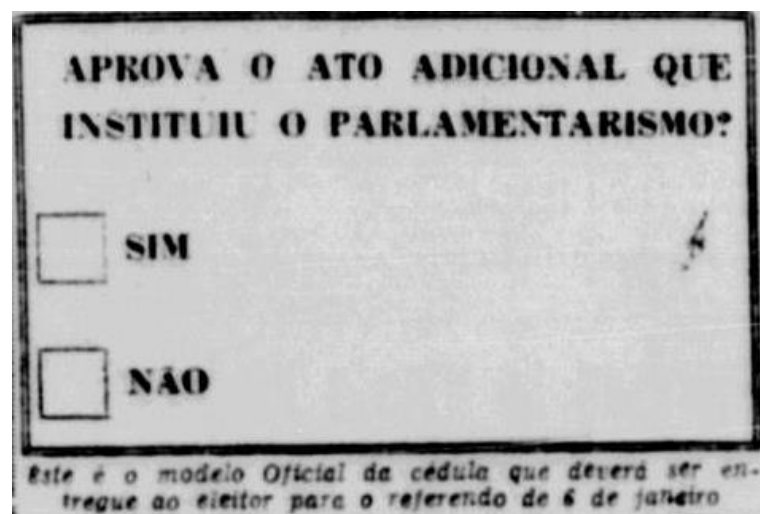


Figura 12 - *Diário de Notícias*, 27 de dezembro de 1962, p. 3.

Na ocasião da divulgação da nova cédula, o jornal enfatiza que o TSE já remeteu a todos os municípios gaúchos todo o material necessário para a realização do pleito e conforme o desembargador Ciro Pestana “está tudo em perfeita calma e ordem e o plebiscito transcorrerá normalmente<sup>34</sup>”.

A cobertura sobre o referendo é ofuscada pela Crise dos Mísseis em Cuba nos dias finais de outubro e início de novembro de 1962, mas a manchete de capa do dia 9 de novembro anuncia: “Partidos aderem à tese do cancelamento do plebiscito”. A notícia versa sobre a proposta do ministro da Justiça João Mangabeira de cancelar o plebiscito a fim de economizar os recursos de sua realização. Quanto ao Ato Adicional que estabeleceu o parlamentarismo, simplesmente seria revogado pelo Congresso, restaurando assim os poderes de Goulart. Vários líderes partidários dentro da Câmara se mostram favoráveis à proposta, mas com pouco tempo para articulações e a redação de uma emenda constitucional única para levar a cabo a medida, dificilmente o referendo seria evitado. A UDN também se mostra a favor da ideia, já que “o plebiscito não tem razão de ser, pois o povo nele não está interessado<sup>35</sup>” e afirma que lutará por um sistema de governo que normalize a vida nacional, desprezando as opções presidencialismo-parlamentarismo - a notícia termina afirmando que apenas o grupo de Juscelino Kubitschek considera a consulta um “imperativo nacional”. A questão continuaria a ser tratada nos círculos políticos em Brasília nos dias seguintes, mas como o *Diário* publica no dia 14 de novembro (capa), Goulart não se mostra otimista a respeito da aprovação da proposta de Mangabeira, dispondo-se a começar imediatamente a campanha pela volta do presidencialismo, algo que, segundo o jornal, já havia iniciado com a Rádio Nacional de Brasília conclamando os eleitores a comparecerem em massa às urnas em janeiro.

Mas se a UDN se esforçava em desqualificar o referendo, o *Diário de Notícias* utilizou suas páginas para favorecer a realização da consulta. A agremiação política com seu antipetismo tentou evitar qualquer ganho político por parte de Jango e do PTB e mesmo que o jornal também não compartilhasse dos mesmos ideais políticos do presidente, identificou no referendo a oportunidade para o Brasil acabar com a agitação política. No editorial do dia 13 de dezembro de 1962, intitulado “Voto de tranquilidade” (p. 4), o jornal considera improcedente a afirmação de que o povo brasileiro não estaria interessado no plebiscito, como algumas correntes políticas vinham afirmando. Dando como certa a revogação do

---

<sup>34</sup> *Diário de Notícias*, 27 de dezembro de 1962, p. 3.

<sup>35</sup> *Diário de Notícias*, 9 de novembro de 1962, p. 3.

parlamentarismo no dia 6 de janeiro, o editorial afirma que o plebiscito colocará um fim nas crises políticas do país e que a campanha pela abstenção à consulta seria um crime que nenhuma agremiação política deveria cometer. Tal movimento para que os eleitores não comparecessem às urnas foi visto como uma manobra, na qual o pleito poderia ser considerado ilegítimo pela falta de representatividade – algo recorrente na oratória udenista, que seguidamente pedia maioria absoluta em resultados eleitorais, como ocorrera na eleição de Kubitschek para presidente (BENEVIDES, 1981, p. 97).

A realização do referendo ainda passou por outros questionamentos antes de sua realização. No dia 23 de novembro (capa) foi noticiado que Raul Pilla considerou a emenda Valadares (incluída dentro do projeto de Capanema e que fixara a data do plebiscito) inconstitucional, já que ao aprova-la, o Congresso teria abandonado a defesa do regime parlamentar e com isso, suas prerrogativas. Dessa forma, pretendia recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir a realização da consulta popular. O jornal comenta que a atitude foi interpretada pelos outros partidos como uma manobra da UDN, que se valendo de seu aliado PL, procura evitar a realização do plebiscito, mas que dificilmente o STF reconheceria a inconstitucionalidade da questão. O assunto não teria repercussões maiores nas páginas do jornal nos dias posteriores.

Na campanha pelo NÃO, Goulart e seus aliados investiram pesado, mesmo que o parlamentarismo já estivesse desgastado pelos meses de manobras para inviabilizá-lo. Com coordenação financeira do banqueiro José Luiz Magalhães Pinto, presidente do Banco Nacional de Minas Gerais, cinco agências de publicidade foram contratadas para divulgar a campanha contra a manutenção do Ato Adicional: Dennison (para a TV), Standart Propaganda (para a imprensa), Interamericana e MPM (para rádio, jingles e músicas) e Publicibrás (para a coordenação política). O teor das propagandas continha principalmente o indicativo de que a inflação e a crise social eram causadas pelo parlamentarismo, algo bastante criticado pela imprensa conservadora (MELO, 2009, p. 156). Goulart utilizaria os aviões da Força Aérea Brasileira e percorreria o país em campanha, tal como Brizola e Kubitschek, que haviam se comprometido com a defesa do NÃO no pleito. Diversos outros agentes também se empenharam na campanha, como o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE), Leocádio de Almeida Antunes, que se compromete a realizar campanha no Rio Grande do Sul. Por fim, a diretoria da Rede Ferroviária Federal determinaria que as ferrovias concederiam a passagem gratuitamente para os eleitores que tivessem que se deslocar para votar (MELO, 2009, p. 157-158). Nas páginas no *Diário de*

*Notícias*, a pressão para o comparecimento ao referendo pode ser identificada pela manchete de 19 de dezembro de 1962: “Plebiscito é obrigatório e “barnabés” que se abstiverem não receberão vencimentos<sup>36</sup>”. Em reunião do Gabinete, o governo declara que o TSE considerou o comparecimento ao pleito obrigatório e que os funcionários públicos que não o fizerem estarão sujeitos às penalidades do Código Eleitoral, como o não recebimento de sua remuneração.

Apesar do investimento, a campanha governamental pelo NÃO nas páginas do *Diário* pode ser considerada discreta – talvez pela tradicional posição do jornal quanto a Goulart e o PTB, não houve por parte destes o interesse em comprar grandes espaços em suas páginas. O primeiro anúncio aparece somente na segunda quinzena de dezembro de 1962, a menos de um mês do pleito. Nas semanas seguintes, nenhuma capa foi usada para divulgar a campanha, que geralmente limitou-se a um anúncio por dia, alternando entre um grande espaço nas últimas páginas ou o rodapé da terceira página, conforme as figuras a seguir.

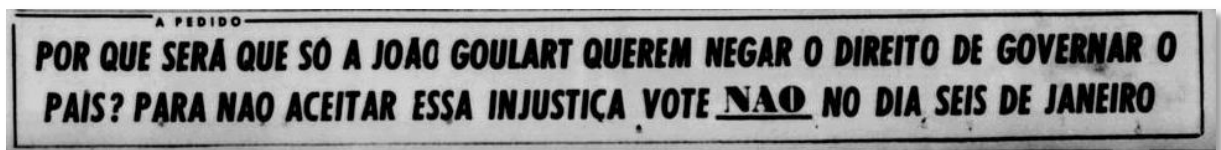


Figura 13 - *Diário de Notícias*, 23 de dezembro de 1962, p. 3 (rodapé).

<sup>36</sup> *Diário de Notícias*, 19 de dezembro de 1962, capa.



Figura 14 - *Diário de Notícias*, 17 de dezembro de 1962, p. 15.

Como já citado, a campanha pelo NÃO atribuía a crise pela qual o Brasil passava ao parlamentarismo, como indica a figura 14, e não é coincidência a convocação do anúncio, “Às urnas, cidadãos!” fazer referência ao primeiro verso do refrão da Marselhesa - Às armas, cidadãos! - hino nacional francês. Isso aconteceu porque:

No dia 10 de novembro, o chefe da Casa Civil da Presidência da República, Hugo de Faria, voltou de uma viagem à França onde foi aprender o *know how* da campanha plebiscitária feita por Charles De Gaulle, na qual este conseguiu 62% dos votos para lhe dar poderes para reformar a Constituição francesa e permitir a eleição direta para presidente da República. De Paris, Hugo de Faria trouxe os modelos de cartazes que sugeriam ao povo votar não: “*Não* contra a carestia. *Não* contra a inflação. *Não* à reação. *Não* no plebiscito e *sim* para as reformas de base”. E não por acaso, foi este o estilo da campanha (MELO, 2009, p. 155).

Outros estilos de anúncios se dirigiram a grupos específicos conforme sua iconografia.



Figura 15 - *Diário de Notícias*, 23, 25 e 30 de dezembro de 1962, p. 14, 8 e 14.

Mostrando um camponês com a enxada apoiada no ombro, um operário de capacete em um ambiente fabril indicado pelas chaminés ao fundo e uma mulher, os anúncios contemplavam setores da população com os quais o governo desejava dialogar e pedir seu voto. Todos eles tinham o dedo em riste, convocando o leitor/eleitor, em uma posição já conhecida quando utilizada pelos britânicos em cartazes de recrutamento para a Grande Guerra; mais tarde, os norte-americanos fariam o personagem Tio Sam adotar a mesma pose para conseguir soldados para a IIª Guerra Mundial. Os anúncios continham o seguinte texto:

Contra a miséria  
 Contra o analfabetismo  
 Contra a falta de terra  
 Contra a usurpação do seu voto  
 NÃO porque o povo é contra o Ato Adicional que instituiu o Parlamentarismo;  
 NÃO porque o povo exige um regime que seja expressão autêntica da sua vontade soberana;  
 NÃO porque o povo quer reconquistar o direito de eleger o presidente de sua livre escolha;  
 NÃO porque é essencial preservar a autoridade do presidente para que se façam as reformas que o País exige;  
 NÃO porque o povo está cansado dos conflitos políticos que geram crises sucessivas;  
 NÃO porque o povo deseja um regime que funcione, onde a administração trabalhe e o Governo governe.  
 NO DIA 6 DE JANEIRO MARQUE [X] NÃO<sup>37</sup>

Enquanto o NÃO contou com divulgação relativamente discreta mas constante no *Diário*, o mesmo não pode ser dito a respeito do SIM. O parlamentarismo não encontrou

<sup>37</sup> *Diário de Notícias*, 23 de dezembro de 1962, p. 14.

defensores consistentes nas páginas do jornal – muito pelo contrário. No dia 25 de dezembro, um “a pedido” foi publicado por um grupo que se identificou como parlamentarista.



Figura 16 - *Diário de Notícias*, 25 de dezembro de 1962, p. 3.

Mostrando a decepção com a forma como a experiência parlamentarista se deu, o grupo adere ao NÃO para acabar com a má fama que o regime vinha colhendo e incentiva a população a fazer o mesmo. Dois dias depois, em outro “a pedido” intitulado “Aos Parlamentaristas”, é refutada a noção de que o regime então em vigor deveria ser defendido por aqueles que sempre desejaram o parlamentarismo. Chamando o sistema de governo ou “[...] diríamos melhor, de desgoverno – (já que) é um arremedo de parlamentarismo”, os autores se desobrigam a apoiar o parlamentarismo da forma como foi implantado, híbrido e improvisado. Criticando estado em que o país se encontrava, com o aumento da inflação, desordem e inércia administrativa, o texto propõe que presidencialistas e parlamentaristas se unam para combater o inimigo comum, o Ato Adicional, para acabar com o *status quo*. Os autores então conclamam que os parlamentaristas reneguem no pleito do dia 6 a emenda constitucional que estabelecera algo sem legitimidade e que não poderia servir bem ao país<sup>38</sup>.

Quando finalmente chega o domingo da votação, a capa do *Diário* publica as esperadas informações para um evento como o pleito. A manchete principal da capa anuncia “Referendo: Brasil decide hoje sistema de governo” e comunica que cerca de 18 milhões de eleitores estavam aptos a comparecerem às urnas. Na chamada da foto da parte superior da página (figura 17), João Goulart anuncia: “Reina completa ordem em todo país e o plebiscito, transcorrerá normalmente, com o povo comparecendo à consulta popular.” – o presidente encontrava-se de passagem pela capital gaúcha, tendo como destino final São Borja, onde iria votar. Na parte superior esquerda da página, “A consulta popular”, um texto sem assinatura faz algumas análises sobre o pleito. Questiona a falta de orientação ao eleitorado da importância cívica do evento e afirma que a campanha unilateral pelo NÃO utilizou métodos arcaicos de propaganda, com chavões e jingles de péssimo gosto; enquanto isso, os comunistas teriam se aproveitado da situação para difundir suas “repudiadas” ideias. Declarando que não há na população um entusiasmo pela votação, esta só comparecerá às

<sup>38</sup> *Diário de Notícias*, 27 de dezembro de 1962, p. 3

urnas para obter a rubrica no título de eleitor e cumprir mais uma exigência de um país de inesgotável veio burocrático. Para finalizar o texto, o autor ao menos considera que o voto é uma conquista importante do país e deve ser exercido<sup>39</sup>.



Figura 17 - Diário de Notícias, 6 de janeiro de 1963, capa.

A votação ocorreria entre as 7 e 17 horas e ao final, João Goulart e o presidencialismo teriam uma vitória esmagadora. 76,98% votaram pelo NÃO, contra 16,88% pelo SIM, além dos votos brancos e nulos, com 2,32 e 3,83% respectivamente. A abstenção foi relativamente alta, com um terço do eleitorado faltando ao referendo (33,18%). Se analisarmos a votação por estado, constataremos que o parlamentarismo, adotado às pressas e sem defensores de prestígio que saíssem a sua defesa, conseguiu suas maiores votações nos três estados do sul:

<sup>39</sup> Diário de Notícias, 6 de janeiro de 1963, capa.



Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, com 36,99, 26,91 e 22,00% respectivamente, enquanto o Território de Rondônia deu a menor votação ao SIM, com 3,44%<sup>40</sup>.

No dia 23 de janeiro de 1963, foi publicada a Emenda Constitucional nº 6, na qual restabelecia o sistema presidencial de governo conforme a Constituição Federal de 1946<sup>41</sup>. A partir de então, João Goulart e o Brasil teriam novos desafios.

---

<sup>40</sup> **Resultado geral do referendo de 1963.** Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/referendo-de-1963>. Acesso em 30/12/2017.

<sup>41</sup> **Emenda Constitucional nº 6, de 1963.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-6-23-janeiro-1963-363624-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 30/12/2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período entre as ditaduras do Estado Novo e Civil-Militar foi um tempo em que o Brasil passou por diversas crises políticas e para cada uma delas, algum tipo de saída diferente foi adotada. Suicídio, renúncia, mobilização popular e militares fora dos quartéis mantiveram o equilíbrio entre as forças da política nacional. Outra dessas medidas foi mudar as “regras do jogo” enquanto o mesmo já havia começado. Adotar o sistema parlamentarista foi uma solução tomada às pressas para, mais uma vez, tentar acomodar as forças políticas dentro de alguma normalidade constitucional; uma vez aprovada, sofreu muitas críticas ao mesmo tempo em que foi saudada por evitar uma guerra civil.

O *Diário de Notícias* acompanhou os momentos que levaram à adoção do parlamentarismo no Brasil e depois, a sua revogação. O jornal tinha como elementos de suas páginas o desejo pela ordem e normalidade pública, palavras constantes em suas notícias e editoriais. Seu anticomunismo era flagrante, tanto através de sua cobertura internacional, que acompanhava de perto União Soviética, China e depois, Cuba, quanto nas notícias políticas, sempre pronta para classificar a esquerda brasileira como comunista ou denunciar sua infiltração na política nacional. Apesar de sempre demonstrar antipatia pelo projeto político de Jango e do PTB, não apoiou o parlamentarismo, mesmo que tenha reduzido os poderes presidenciais em 1961. Entretanto, não se furtou de fazer críticas diretas ao PTB e aliados, enquanto aos conservadores da UDN, PSD e militares seus questionamentos tendiam a ser mais amenos e velados.

Ao noticiar o referendo, o *Diário de Notícias* induziu seus leitores a acreditarem que o parlamentarismo estava com os dias contados, o que de fato estava. O referendo de 1963 foi o desfecho de uma crise que não era a respeito da escolha entre os valores do presidencialismo ou do regime de gabinete – o parlamentarismo foi uma solução casuística e nunca houve um profundo debate para que se pudesse realmente implementá-lo. Ao contrário, desde o início, o “golpe branco” dado pelos militares e setores conservadores em 1961 foi sendo revertido até que João Goulart pudesse assumir a cadeira presidencial com plenos poderes. Nesse processo, a imagem do regime do gabinete precisou ser manchada e como já citado, o estigma de golpismo ainda permanece quando se fala em adotar o parlamentarismo no Brasil.

Ao analisarmos a cobertura feita pelo *Diário de Notícias* sobre o referendo de 1963, jornal de grande circulação nos anos 1960 no Rio Grande do Sul, procuramos entender o papel do periódico naquele período de grande conturbação política. Acredito que não foi

possível esgotar totalmente as possibilidades do tema, mas esperamos ter contribuído para aumentar o entendimento historiográfico sobre o papel do jornal na sociedade gaúcha.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. O período parlamentarista republicano: instituições híbridas e oposição ao sistema de governo. **Revista de Sociologia e Política**, nº 4/5, 1995, p. 131-148.

BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. (Volume 1).

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAGA, Kenny (coord.) et al. **João Goulart: Perfil, discursos, depoimentos (1919-1976)**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, 2004. (Série Perfis Parlamentares Gaúchos).

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. “O povo nas ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. **A Razão Indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 53-85.

BUENO, Antonio Avelange Padilha. **Raul Pilla: Aspectos de uma Biografia Política**. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2006.

CINTRA, Antônio Octávio. O Sistema de Governo no Brasil. In: AVELAR, Lúcia Mercês de; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, Ed. da UNESP, 2015. p 61-78.

CHATEAUBRIAND, Assis. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

CORTÉS, Carlos E. **Política gaúcha (1930-1964)**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DE GRANDI, Celito. **Diário de Notícias: o romance de um jornal**. Porto Alegre: L&PM, 2005.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 127-154 (O tempo da experiência democrática; v. 3).

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a. p. 301-342 (O tempo da experiência democrática; v. 3).

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b. p. 343-404 (O tempo da experiência democrática; v. 3).

GOMES, Angela Maria de Castro; ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. **Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A “Legalidade” na Imprensa. In: NOLL, Maria Izabel et al. **O Movimento da Legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política**. Porto Alegre: Webprint, 2011. p. 29-60.

GROFF, Paulo Vargas. Modelos de parlamentarismos: inglês, alemão e francês. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 40, n. 160, p. 137-146, out/dez. 2003.

HRBEK, Ivan. A África setentrional e o chifre da África. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (edit.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 151-190.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 67-98, jul. 2011.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Luis Carlos Passos. Petróleo, imprensa e luta pelo desenvolvimento econômico: jornais “liberais” cariocas e a política econômica do Segundo Governo Vargas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 199-219, dez. 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 97-126 (O tempo da experiência democrática; v. 3).

MELO, Demian Bezerra de. **O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta**. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2009.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O Anticomunismo nos Jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma Perspectiva de Análise**. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2009.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. As duas faces de Jano: As esquerdas trabalhistas de San Tiago Dantas e Brizola. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. **A Razão Indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 155-178.

OLIVEIRA, Eduardo Figueira Marques de. **O plebiscito na atividade legislativa e a experiência brasileira**. Trabalho de conclusão (Especialista em Direito Legislativo) – UNILEGIS/UFMS, Brasília, 2005.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. **João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem**. São Paulo: Annablume, 1993.

PAIXÃO, Cristiano; BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. Crise Política e Sistemas de Governo: origens da “Solução Parlamentarista” para a Crise Político-Institucional de 1961. **Universitas JUS**, v. 24, n. 3, p. 47-61, 2013.

PILLA, Raul. **Perfis Parlamentares 16**. Seleção e Introdução de Geraldo Guedes com a colaboração de Antonio Carlos Pojo. Brasília: Câmara dos Deputados, 1980.

RODEGHERO, Carla Simone; GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTMANN, Gabriel. **Não calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SCHIRMER, Lauro. **A Hora: uma revolução na imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2000.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 195-216 (O tempo da experiência democrática; v. 3).

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, p. 89-102, jan/dez 1985.

## **FONTES**

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:

*Diário de Notícias* (RS): 1950-1959

*Diário de Notícias* (RS): 1960-1969

Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>